



ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

Edital nº 016/2018- ACIDES/SDS

Disciplina o processo de seleção do cadastro de reserva do corpo docente temporário para o Curso de Formação Profissional de Agente de Polícia - 2019 sob a responsabilidade do Campus de Ensino Recife - CERE, da Academia Integrada de Defesa Social.

Faço saber aos interessados e inscritos no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, que nos termos da [Portaria nº 2.183, de 19 de agosto de 2009](#), e nos dispositivos constantes no presente Edital, encontram-se abertas inscrições para o Processo de Seleção do Cadastro de Reserva do Corpo Docente Temporário para o **Curso de Formação Profissional de Agente de Polícia - 2019**, sob a responsabilidade do **Campus de Ensino Recife - CERE**, da Academia Integrada de Defesa Social.

1. DAS VAGAS PARA CADASTRO DE RESERVA DO CORPO DOCENTE TEMPORÁRIO

1.1 Das vagas para coordenador de turma:

ATIVIDADE	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Coordenação	716	Ser Policial Civil, possuir curso de Coordenação Pedagógica realizado pela ACIDES e preferencialmente estar lotado no Campus de Ensino Recife - CERE.	12

1.2 Das vagas de instrutor titular:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Sistema de Segurança Pública	12	Ser Policial e possuir curso na área de segurança pública, preferencialmente especialização.	4
Criminologia aplicada à segurança pública	10	Ser Policial Civil possuir curso de bacharel em direito e especialização na área de direito ou segurança pública.	4
Direitos Humanos	20	Ser Policial e possuir curso de bacharel em direito ou curso de capacitação na área de Direitos Humanos, preferencialmente especialização na área.	8
Gerenciamento Integrado de Crises e Desastres	10	Ser Policial, possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e preferencialmente curso específico na área da disciplina.	4
Educação Física	30	Ser Policial e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	8
Língua e comunicação	8	Ser Policial e possuir curso na área de comunicação social ou área afim.	4
Telecomunicações	10	Ser Policial e possuir curso técnico em Telecomunicações ou curso específico na área com experiência na área da disciplina.	4
Tecnologias e Sistemas Informatizados	12	Ser Policial Civil com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	4
Identidade e Cultura da Polícia Civil de Pernambuco	6	Ser Policial Civil e possuir preferencialmente curso de licenciatura em história ou curso específico na área da disciplina.	4
Ética e Cidadania	10	Ser Policial e possuir curso específico na área.	4
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	40	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	8
Atendimento Pré-Hospitalar	16	Ser Bombeiro Militar com mais de 05 anos de experiência operacional específica e com curso na área de primeiros socorros.	8
Uso Diferenciado da Força	10	Ser Policial com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso específico na área da disciplina.	4
Defesa Pessoal Policial	28	Ser Policial ou Bombeiro, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	8
Armamento, Munição e Tiro	80	Ser Policial ou Bombeiro, possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	8
Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro	8	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir preferencialmente curso específico na área da disciplina.	4
Crimes Contra a Administração Pública	12	Ser Policial Civil, possuir curso de bacharel em direito e preferencialmente especialização ou curso na área da disciplina.	4
Estrutura e Competência da SDS e da PCPE	6	Ser Policial Civil com experiência na área e preferencialmente curso na área da disciplina.	4
Direito Administrativo Disciplinar	10	Ser Policial ou Bombeiro, preferencialmente possuir curso de especialização na área, com	4

		experiência na área de PAD tendo desempenhado suas funções por no mínimo 3 anos na corregedoria ou realizado curso de acordo com os novos procedimentos investigatórios adotados pela SDS/PE.	
Direito da Criança e do Adolescente	8	Ser Policial Civil, possuir curso de bacharel em direito e preferencialmente especialização na área da disciplina com experiência no Departamento da Criança e do Adolescente.	4
Direito Penal Aplicado à Atividade Policial	12	Ser Policial Civil, possuir curso de bacharel em direito e preferencialmente especialização na área da disciplina.	4
Direito Processual Penal Aplicado a Atividade Policial	12	Ser Policial Civil, possuir curso de bacharel em direito e preferencialmente especialização na área da disciplina.	4
Justiça Restaurativa	8	Ser Policial Civil e possuir especialização na área de segurança pública ou do direito.	4
Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher	8	Ser Policial Civil, possuir curso de bacharel em direito e preferencialmente curso na área da disciplina com experiência no Departamento de Polícia da Mulher.	4
Legislação Especial Aplicada a Grupos Vulneráveis	8	Ser Policial Civil, possuir curso de bacharel em direito e preferencialmente experiência nas delegacias relacionadas aos grupos vulneráveis.	4
Legislação Especial Penal e Processual Penal	12	Ser Policial Civil, possuir o curso de bacharel em direito e preferencialmente especialização na área da disciplina.	4
Gestão de Documentos	10	Ser Policial ou Bombeiro e possuir curso técnico ou graduação em Secretariado ou curso específico na área.	4
Relatórios e Estatística Criminal	10	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na área da disciplina e com curso específico na área da disciplina.	4
Pacto pela Vida e Gestão por Resultados	8	Ser Policial ou Bombeiro com experiência na área de gestão por resultados.	4
Qualidade de Serviço e Atendimento ao Público	10	Ser Policial Civil e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Investigação Policial	52	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	8
Local de Crime	16	Ser Policial civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Planejamento Operacional e Operação de Repressão Qualificada	14	Ser Delegado com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Medicina Legal	8	Ser Médico Legista e/ou professor em IES da disciplina com mais de 5 anos de experiência.	4
Criminalística Aplicada à Segurança Pública	10	Ser Perito Criminal e possuir curso específico na área.	4
Entorpecentes e Drogas Afins	6	Ser Perito Criminal e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Papiloscopia Policial	10	Ser Perito Papiloscopista com curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	4
Inteligência de Polícia Judiciária	16	Ser Delegado com experiência na atividade de Inteligência, bem como curso específico na área de inteligência de segurança pública com experiência mínima de 02 (dois) anos na área e estar desempenhando suas atividades preferencialmente na DINTEL.	4
Procedimentos de Polícia Judiciária	40	Ser Delegado ou Escrivão com mais de 05 anos de experiência na atividade fim.	8
Técnicas de Entrevista e Interrogatório	30	Ser policial Civil e possuir curso específico na área.	4
Boletim de Ocorrência	10	Ser Policial Civil, possuir curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	4
Direção Defensiva	20	Ser Policial ou Bombeiro com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso específico na área da disciplina.	4
Prática Policial	40	Ser Delegado com mais de 05 anos de experiência na atividade fim preferencialmente lotados nos departamentos de polícia.	16

1.3 Das vagas de instrutor Secundário:

DISCIPLINAS	C/H	REQUISITOS	VAGAS
Educação Física	28	Ser Policial e possuir curso de licenciatura em educação física e estar devidamente registrado no CREF.	8
Tecnologias e Sistemas Informatizados	12	Ser Policial Civil com experiência na área, possuir curso técnico, graduação ou especialização na área de informática, tecnologia da informação ou curso específico na área.	8
Abordagem Policial no Âmbito das Operações de Polícia Judiciária	38	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso na área de abordagem.	16
Atendimento Pré-Hospitalar	16	Ser Bombeiro Militar com mais de 05 anos de experiência operacional específica e com curso na área de primeiros socorros.	16
Uso Diferenciado da Força	8	Ser Policial com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e com curso específico na área da disciplina.	8
Defesa Pessoal Policial	28	Ser Policial ou Bombeiro, possuir curso de defesa pessoal e ser graduado em artes marciais.	8
Armamento, Munição e Tiro	76	Ser Policial ou Bombeiro, possuir mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso de instrutor de armamento munição e tiro policial (CIAMTP).	24
Investigação Policial	14	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	16
Local de Crime	4	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na área investigativa e possuir curso específico na área da disciplina.	8
Planejamento Operacional e Operação de Repressão Qualificada	8	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim e possuir curso específico na área da disciplina.	8
Papiloscopia Policial	4	Ser Perito Papiloscopista com curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	8

Procedimentos de Polícia Judiciária	4	Ser Escrivão com mais de 05 anos de experiência na atividade fim.	16
Técnicas de Entrevista e Interrogatório	18	Ser Policial Civil e possuir curso específico na área.	8
Boletim de Ocorrência	8	Ser Policial Civil, possuir curso específico na área da disciplina e preferencialmente experiência na atividade fim.	8
Direção Defensiva	16	Ser Policial ou Bombeiro com mais de 05 anos de experiência na atividade operacional e possuir curso específico na área da disciplina.	8
Prática Policial	40	Ser Policial Civil com mais de 05 anos de experiência na atividade fim preferencialmente lotados nos departamentos de polícia.	48

2. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAR DO PROCESSO DE SELEÇÃO

2.1. Condições Gerais

2.1.1. Estar inscrito no Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, nos termos do Capítulo I (Do Cadastro) da Portaria nº 2.183 de 19 de agosto de 2009, e em conformidade com a **Portaria SDS Nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)** até a publicação deste Edital no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, e/ou Diário Oficial do Estado;

2.1.2. Após a publicação do presente edital, conforme item anterior, a pontuação dos profissionais já cadastrados na ACIDES/SDS, que se inscreverem para este processo seletivo, permanecerá inalterada para fins deste certame, não cabendo, portanto, atualizações neste momento;

2.1.3. Comprovar experiência profissional específica relativa à atividade pedagógica objeto de seleção (coordenação ou instrutoria), através da análise da documentação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social até a data de inscrição;

2.1.4 Para exercer as atividades de instrutor, os especialistas deverão comprovar, conforme estabelecido no Art. 18 do Decreto nº 43.993, de 29/12/2016 e Decreto Estadual nº 44089 de 06FEV17:

I - a capacidade técnica;

II - o conhecimento específico na área da capacitação;

III - o conhecimento prático na matéria a ser ministrada;

IV - a experiência em instrutoria de no mínimo 120 (cento e vinte) horas-aula ministradas na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de capacidade técnica deve dar-se mediante diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins.

A comprovação de conhecimento específico dar-se-á mediante:

I - diploma, certificado ou declaração, emitidos por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação ou pelo Conselho Estadual de Educação, em qualquer área de conhecimento; e

II - certificado ou declaração, emitidos pelas Escolas de Formação e Aperfeiçoamento do Poder Executivo Estadual ou por instituições de formação, públicas ou privadas, na área de conhecimento da capacitação ou em áreas afins, com mínimo de 60 (sessenta) horas-aula.

A comprovação de conhecimento prático dar-se-á mediante declaração (anexo II), emitida pelo gestor da área em que o servidor público, empregado público ou militar tenha desempenhado as atividades inerentes à matéria a ser ministrada, por um período mínimo de 06 (seis) meses.

2.1.5. Ter concluído pelo menos um dos cursos, a saber: licenciatura em qualquer área do conhecimento; formação de multiplicadores ministrada pelo Instituto de Recursos Humanos (IRH); Pós-graduação na área de ensino; formação de formadores pela Rede EAD/SENASP.

2.1.6. Não se encontrar na inatividade, nem em processo de reforma, durante a realização de todo curso, até o lançamento das horas aula aos vencimentos.

3. DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO

3.1. As inscrições serão realizadas exclusivamente pelo site da ACIDES, através do **Formulário eletrônico - ACIDES**, disponível na aba Editais do site da ACIDES, www.acides.pe.gov.br e vão até o dia **20 de novembro de 2018**.

3.2. **Será excluído do processo seletivo o candidato que:**

3.2.1. Não estiver de acordo com o previsto na **Portaria SDS nº 4413 de 02 de setembro de 2015 (Recadastramento)**, até a data de publicação deste edital.

3.2.2 Não estiver com o seu currículo na Plataforma Lattes devidamente atualizado, nos últimos 12 meses, contendo o(s) curso(s) que o habilita(m) a ministrar a disciplina pretendida;

3.2.3. Não inserir do endereço do currículo lattes, no ato da inscrição através do formulário online disponibilizado pelo do portal da Acides;

3.2.4. Inscrever-se para o processo seletivo após o prazo constante no formulário de inscrição do referido edital;

3.2.5. Não comparecer ao Encontro Pedagógico.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. Os trabalhos e instrumentos relativos ao processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso serão realizados pela **Comissão de Seleção**, composta pelos membros do quadro abaixo, tendo o primeiro como presidente.

POSTO	MAT.	NOME	LOTAÇÃO
COMISSÁRIA	209.239-5	MARTA CRISTIANE TOMÉ VIEIRA	CERE
COMISSÁRIO PC	208.528-3	ANTONIO FLAVIO PASTICK ROLIM	CERE
MAJ PM	950684-5	CARLOS ALBERTO PEREIRA DO NASCIMENTO	GICAP/SDS
SGT BM	798053-1	ALEXANDRE PEREIRA DOS ANJOS	GICAP/SDS

4.2. Serão utilizados os seguintes instrumentos no processo de seleção do corpo docente temporário do referido curso, com atribuição exclusiva da GICAP/SDS:

4.2.1. Comprovação de conclusão dos cursos do item 2.1.5.

4.2.2. Análise dos requisitos básicos constante neste Edital, da titularidade e da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.3. Os candidatos formarão uma lista de classificação, de acordo com a pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social.

4.4. Os dados do candidato inscrito, referentes aos instrumentos do processo de seleção, serão contabilizados numa **Planilha de Monitoramento do Processo de Seleção do Corpo Docente Temporário do Curso**. Será através da análise da referida planilha que os critérios serão verificados em cada caso, registrando-se

o(s) motivo(s) que, eventualmente, inabilite(m) o(s) candidato(s).

4.5. Todos os instrutores concorrerão, inicialmente, com a sua primeira opção, feita no ato da inscrição. No caso das vagas não serem preenchidas desta forma, passarão a concorrer com a segunda opção, em assim por diante.

4.6. Caso, após o encerramento de todo o processo, ainda permaneçam vagas ociosas, estas poderão ser preenchidas através de chamada no portal eletrônico da ACIDES/SDS ou de indicação por parte da Comissão de Seleção nomeada no item 4.1.

4.7. Os candidatos aptos e disponíveis ao preenchimento das vagas, mas não selecionados, poderão ser, posteriormente, convocados, obedecendo-se à ordem de classificação obtida através da pontuação do Cadastro Estadual de Especialistas, para serem submetidos aos referidos instrumentos do processo de seleção, caso um ou mais candidatos com maior pontuação não tenham preenchido as vagas disponíveis.

4.8. Relativamente à análise do cadastro de especialistas do candidato a instrutor serão considerados os seguintes **critérios de desempate**, nesta ordem:

- 1) Maior tempo de docência na disciplina objeto da seleção;
- 2) Maior número de cursos de formação e/ou especialização relacionados à área pretendida;
- 3) Maior tempo de conhecimento prático na disciplina objeto da seleção; e
- 4) Maior grau acadêmico na área.

4.9 Registrar, se houver, na ATA DA COMISSÃO DE SELEÇÃO as contra-indicações, observando e justificando os motivos que contraindique o candidato à prática docente ao presente processo seletivo, com critérios objetivos, devidamente justificados em processo escrito, remetido para a Gerência Geral de Articulação e Integração Institucional e Comunitária.

4.10. Para a função de coordenador será preenchida preferencialmente pelos servidores lotados nos Campi de Ensino da ACIDES/SDS que possuem o curso de coordenação pedagógica pela ACIDES/SDS. A função de coordenador de turma exige dedicação integral, atuando em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento e demais convocações a critério da direção do campus responsável, ficando o coordenador de turma impossibilitado de exercer qualquer outro tipo de atividade pedagógica (instrutoria) durante o período de execução do curso neste Campus ou em outra Unidade da ACIDES/SDS.

4.11. O preenchimento das vagas para a disciplina obedecerá a ordem de classificação obtida através do Processo de Seleção.

4.12. A função de instrutor (titular ou secundário) exige participação em reuniões pedagógicas, capacitações, reuniões de planejamento, e demais convocações a critério do Supervisor de Ensino do Campus, devendo os mesmos se submeter a capacitações e nivelamentos para o uso das plataformas acadêmicas utilizadas, **com caráter eliminatório**.

4.13. Não serão realizadas provas ou outras atividades de seleção diversas das que estão previstas neste Edital.

4.14. Apresentar disponibilidade expressa para cumprir o cronograma de atividade escolar **estabelecido pelo Supervisor da Unidade de Ensino do Campus de Ensino**.

5. DO RESULTADO DO PROCESSO DE SELEÇÃO

5.1. Concluídos os trabalhos, a Comissão de Seleção enviará à GICAP/SDS, através do e-mail uafgicap@gmail.com e também impresso, a minuta de portaria de designação dos docentes e a planilha de monitoramento do processo de seleção do corpo docente temporário do curso, que passarão por avaliação técnica, e conferência para que não ultrapassem a carga horária anual estabelecida pelo o Inc. II do Art. 32 do Decreto Estadual nº 43.993 de 29 de dezembro de 2016. Satisfeitos os requisitos exigidos, o gerente geral da GGAIC encaminhará a documentação relativa aos processos adotados, a fim de ser homologada através de portaria do secretário de defesa social.

5.2. As horas-aula ministradas em outras secretarias no âmbito estadual serão computadas e subtraídas do limite anual de 240h/a, sendo de responsabilidade exclusiva do instrutor designado acompanhar sua quantidade de horas-aula, visto que as aulas excedentes não serão computadas para efeito de pagamento.

5.3. Os candidatos-servidores estaduais que já tenham formalizado seu pedido de ida para a inatividade, ou que estejam a ponto de fazê-lo, quer seja através de processo de aposentadoria (reserva remunerada ou reforma), quer seja por quaisquer outros motivos, estarão **impedidos** de participar deste certame.

5.4. Os candidatos não selecionados, porém aprovados em todos os instrumentos do Processo de Seleção, e disponíveis ao eventual preenchimento das vagas, formarão uma reserva técnica, em que serão denominados **Suplentes**, sendo convocados para preencher as vagas sem submeterem-se a novo Processo de Seleção, obedecendo-se ordem de classificação para cada disciplina, e durante a validade do presente Edital.

5.5. Serão selecionados, se possível, 03(três) vezes o número de vagas oferecidas no certame para compor o quadro de reservas.

6. DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS

6.1. O candidato que desejar interpor recurso contra o Processo de Seleção, que não terá efeito suspensivo, só devolutivo, o fará na forma de requerimento enviado para a Comissão de Seleção do presente edital, no prazo máximo de 48 horas após a divulgação dos resultados no site da ACIDES, a qual responderá aos recursos no prazo de 72 horas da interposição do recurso.

6.2. O provimento do recurso, por parte da Comissão de Seleção, gerará para o candidato direito ao preenchimento da(s) vaga(s), desde que atendidos todos os Instrumentos do Processo de Seleção.

6.3. Os recursos interpostos deverão apresentar, no mínimo, as seguintes informações: NOME COMPLETO DO CANDIDATO, DISCIPLINA, CURSO, Nº DO EDITAL E ARGUMENTAÇÃO LÓGICA E CONSISTENTE, amparada na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009 e nos dispositivos do presente Edital.

6.4. Os recursos que não atenderem as especificações contidas no presente Edital e na Portaria GAB/SDS nº 2.183, de 19 de agosto de 2009, não serão reconhecidos.

6.5. Não serão apreciados recursos interpostos em favor de outros candidatos.

7. DAS PRESCRIÇÕES DIVERSAS

7.1. O presente Edital, cujo teor estará disponível no portal da ACIDES, www.acides.pe.gov.br, a partir da publicação até o encerramento do curso (publicação de portaria de conclusão). O calendário das atividades inerentes ao presente processo de seleção está descrito no Anexo I deste Edital (Cronograma de Atividades do Processo de Seleção).

7.2. A direção do campus de ensino solicitará ao gerente geral da GGAIC o desligamento de qualquer coordenador ou instrutor selecionado, quando deixarem de comparecer injustificadamente a uma aula, ou não cumprirem os prazos previamente acordados inerentes à sua atividade, bem como por apresentarem, aos alunos, postura profissional inadequada ou motivos que os inabilitem para fazerem parte do Corpo Docente temporário, sendo substituídos imediatamente pelo candidato subsequente na condição de suplente.

7.3. Os casos omissos serão solucionados pelo gerente geral da GGAIC, gestor de integração e capacitação e pela comissão de seleção.

7.4. Os Gestores dos Órgãos Operativos deverão facilitar a liberação dos servidores selecionados para ministrar as instruções, objetivando uma melhor qualificação dos profissionais de segurança pública.

Recife, PE, em 12 de novembro de 2018.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social

Anexo I

Cronograma do Processo de Seleção

Etapas	Atividades	Período	Responsabilidade
1	Validação das atualizações dos currículos junto à GICAP	Até a data de abertura deste Edital	Docente candidato
2	Análise da pontuação constante do Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social, confirmação recadastramento e da existência de currículo do candidato na Plataforma Lattes e verificação de habilitação do candidato para a disciplina pretendida.	De 21 a 29 de novembro de 2018	Comissão de Seleção com apoio da GICAP
3	Convocação dos instrutores selecionados para o cadastro de reservas que deverão entregar a Declaração de Autorização da Chefia Imediata no encontro Pedagógico.	30 de novembro de 2018	CERE
4	Encontro pedagógico	A definir	CERE
5	Elaboração e publicação no site da ACIDES da portaria de designação dos docentes selecionados.	A definir	Comissão de Seleção com apoio da GICAP

Anexo II

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL

GERÊNCIA GERAL DE ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INSTITUCIONAL E COMUNITÁRIA

GERÊNCIA DE INTEGRAÇÃO E CAPACITAÇÃO

ACIDES-PE

Cadastro Estadual de Especialistas no Conhecimento e no Ensino de Temas Relativos à Defesa Social

AUTORIZAÇÃO DA CHEFIA IMEDIATA

Eu, _____, Matrícula nº _____, CPF. _____ solicito autorização para ministrar aulas na disciplina, _____ do **Curso de Formação Profissional de Agente de Polícia Civil - 2019**, no período de ____/____/ a ____/____/2019 e DECLARO que não estou no período da disciplina a ser ministrada, em qualquer tipo de afastamento do serviço por licença ou gozo de férias e tenho pleno conhecimento da impossibilidade de exercer a referida instrutoria, sob o risco de **NÃO RECEBIMENTO** das horas aula ministradas, caso esteja ou dê entrada no processo para inatividade durante o transcorrer do curso. (Art. 28 e Inc. I e II do Art. 32 do Decreto nº 43.993, de 29DEZ16).

Recife, ____/____/____.

[Assinatura]

De acordo,

Em, ____/____/____.

[Carimbo e assinatura da chefia imediata].

Anexo III

EMENTAS DAS DISCIPLINAS

DISCIPLINA 01

SISTEMA E GESTÃO INTEGRADA DE SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS

EMENTA: A constituição da organização policial no Brasil. O sistema brasileiro de policiamento. Gerenciamento organizacional, modernização e controle das polícias. Sistemas de organização e gestão estratégica da ação policial e tecnologias com foco no controle da violência e da criminalidade. Controle social democrático das políticas públicas de segurança.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. A segurança pública na Constituição da República;
2. A estrutura do sistema brasileiro de policiamento;
3. As competências e as funções das organizações policiais brasileiras;
4. Polícia e controle social em um sistema democrático;
5. Planejamento como ferramenta de gestão;
6. O uso da informação para a tomada de decisão;
7. Modelos de controle das organizações policiais;
8. A gestão de pessoas nas polícias;
9. Pacto pela Vida – Política Pública de Segurança de Pernambuco – Estudo de caso;
10. Modelo de gestão implementado nas instituições de Segurança Pública de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

ALVARENGA NETO, Rivadavia C. Drummond de. Gestão do Conhecimento no contexto de organizações atuantes no Brasil: uma mudança em direção ao conceito de "Gestão de Contextos Capacitantes". Caderno de Idéias, Ano 7, n.17, Novembro de 2007, Fundação Dom Cabral, Outubro de 2007.

BALESTRERI, Ricardo. Qualificar o processo qualificando a pessoa: algumas contribuições à reflexão sobre capacitação de operadores policiais. 2006. Disponível em: <<http://www.ssp.df.gov.br/sites/100/164/qualificaroprocessoquequalificandoapessoa.pdf>>. Acesso em: 30 jun 2007.

BATISTA, Fábio Ferreira; QUANDT, Carlos Olavo; PACHECO, Fernando Flávio; TERRA, José Cláudio Cyrineu. Gestão do Conhecimento na Administração Pública. Ipea: Brasília, 2005.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves. Informação e desempenho policial. Teoria e sociedade, Belo Horizonte, v.7, 2001. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/infopol.pdf>>.

_____. Reinventar a polícia: a implementação de um programa de policiamento comunitário. Informativo CRISP, Belo Horizonte, v.2, 2002. Disponível em: <<http://www.crisp.ufmg.br/INFO2.pdf>>.

BEATO FILHO, Cláudio Chaves; SOUZA, Robson Sávio Reis. Controle de homicídios: a experiência de Belo Horizonte. In: Segurança cidadã e polícia na democracia. Rio de Janeiro: Cadernos de Adenauer IV, n.3, 2003.

BLAZECK, Luiz Maurício Souza. A gestão da segurança pública e seus paradigmas. São Paulo: UNISO, 2007.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com colaboração de Pinto, Antonio Luiz de Toledo; Windt, Márcia Cristina Vaz dos e Céspedes, Livia. São Paulo: Saraiva, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos. 1/92 a 42/2003 e pelas Emendas Constitucionais da Revisão nos. 1 a 6/94 – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2004.

CHOO, C. W. A Organização do Conhecimento: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

DURANTE, Marcelo Ottoni. Sistema Nacional de Gestão do Conhecimento em Segurança Pública. Secretaria de Segurança Pública: Brasília, 2010.

DURANTE, Marcelo Ottoni; SANDES, Wilquerson Felizardo. Avanços na democracia brasileira: a participação da sociedade civil na Conferência Nacional de Segurança Pública. Revista Brasileira de Segurança Pública: São Paulo, 2009.

KANT DE LIMA, Roberto. A polícia da cidade do Rio de Janeiro: seus dilemas e paradoxos. Rio de Janeiro: Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal no Brasil: uma bibliografia. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB, Rio de Janeiro, n.50, p.45-123, 2.º semestre de 2000.

LEMGRUBER, Julita (org.) Criminalidade, violência e segurança pública no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

PINHEIRO, Paulo S. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v.9, n.1, p.43-52, maio 1997.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 1994.

REED, Michael. Teoria Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. HARDY, Cynthia and NORD, W. (Org.); CALDAS, Miguel, FACHIN, Roberto, FISCHER, Tânia (Org. versão brasileira) Handbook de estudos organizacionais. São Paulo: Atlas, 1998.

SAPORI, Luís Flávio. A administração da justiça criminal numa área metropolitana. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, ano 10, n.29, p.143-157, out. 1995.

_____. A inserção da polícia na Justiça Criminal Brasileira: os percalços de um sistema frouxamente articulado. In: MARIANO, Benedito Domingos, FREITAS, Isabel (Org.). Polícia: desafio da democracia brasileira. Porto Alegre: Corag, 2002.

SILVA, José Afonso da. Curso de Direito Constitucional Positivo. São Paulo:Malheiros, 2004.

VEIGA, Bianca Melânia Castro. O conhecimento dói. Revista Brasileira de Segurança Pública: Rio de Janeiro, 2007

ZALUAR, Alba, LEAL, Maria C. Violência extra e intramuros. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.16, n.45, 2001.

DISCIPLINA 02

CRIMINOLOGIA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Escola clássica e ideia do crime; Conceito bioantropológico do criminoso; Teoria da desorganização social; Teoria do aprendizado social. Teoria da escolha racional; Teoria do controle social; Teoria do auto controle; Teoria da anomia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Escola clássica e ideia do crime;
2. Conceito bioantropológico do criminoso;
3. Teoria da desorganização social;
4. Teoria do aprendizado social;
5. Teoria da escolha racional;
6. Teoria do controle social;
7. Teoria do auto controle;
8. Teoria da anomia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BARATTA, Alessandro. (1997), Criminologia crítica e crítica do Direito Penal. Rio de Janeiro, Revan.

BECCARIA, C. (1998), Dos delitos e das penas. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

DIAS, J.F. & ANDRADE, M.C. (1984), Criminologia. O homem delinquente e a sociedade criminógena. Coimbra, Coimbra Editora.

FOUCAULT, M. (1999), Vigiar e punir. Nascimento da prisão. Petrópolis, Editora Vozes.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl e PIERANGELI, José Henrique. (2004), Manual de direito penal brasileiro: parte geral. 5ª Edição rev. e atual. São Paulo, Revista dos Tribunais.

MOLINA, Antonio García-Pablo et al. Criminologia. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002

DISCIPLINA 03

DIREITOS HUMANOS

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS

EMENTA: Teoria Geral e História dos Direitos Humanos. Constitucionalismo e Direitos Humanos. Perspectivas Críticas dos Direitos Humanos. Segurança e Direitos Humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direitos Humanos como fenômeno histórico-cultural não “natural”. Contextualização Histórica, Filosófica e Cultural. Conceituação dos Direitos Humanos. Fundamentação: o porquê dos Direitos Humanos. Principais Características dos Direitos Humanos. Classificação dos Direitos Humanos. Caracterização Funcional do conceito de Direitos Humanos ou seu “núcleo de certeza”;
2. Constitucionalismo Clássico: como promover justiça sem o Estado? Constitucionalismo Sócio-Econômico: como jurisdicizar o Estado social? Direitos versus Garantias. Direitos Fundamentais - Direitos e Garantias - como Princípios Constitucionais.
3. Direitos em espécie. Garantias. Marx – a crítica materialista e o direito como instrumento de emancipação do homem. Burke – os argumentos contrarrevolucionários e conservadores de um reformista. Bentham – um utilitarista crítico do jusnaturalismo;
4. Segurança (sentido lato). O Conceito de Segurança (lato senso) e a Política. Segurança Nacional ou Segurança do Estado;
5. Polícia e Direitos Humanos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BONAVIDES, Paulo, Curso de Direito Constitucional, Malheiros Editores, 2008.

HUNT, Lynn, A invenção dos direitos humanos, Companhia das Letras, 2009.

MIRANDA, Roberto Wanderley de, Os direitos humanos como espécie de verdade moral, Revista de Direito, Asces, 2004

RODRÍGUEZ-TOUBES, Joaquim, La razón de los derechos, Tecnos, 1995.

DISCIPLINA 04

GERENCIAMENTO INTEGRADO DE CRISES E DESASTRES

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Conhecimento do sistema integrado de resposta às crises e desastres, permeados pelo Decreto Estadual nº 33.782/10. Conhecimento das características e exemplos de crises policiais como também as alternativas táticas de resposta. Conhecimento das medidas preliminares para atendimento deste tipo de ocorrências assim como as nuances do gerenciamento de crises.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Crises: exemplos e características;
2. Gerenciamento de crise: conceito e objetivos;

3. Fases das crises;
 4. Medidas Preliminares de resposta;
 5. Alternativas táticas;
 6. Decreto Estadual nº 33.782/10;
 7. Noções de negociação.
- BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:**

Manual de Gerenciamento de Crises da secretaria Nacional de Segurança Pública;
BERQUÓ, Alberto. O Sequestro dia a dia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
BORGES, Gerson. Sequestros, a liberdade tem preço: um programa de segurança para você e sua família. Rio de Janeiro: Quartet, 1997.
BRASILIANO, Antônio Celso Ribeiro. Sequestro... Como Se Defender: planejamento de segurança pessoal, noções antissequestro. Rio de Janeiro: Forense, 1997.
DECRETO Estadual nº 33.782/09 que Cria o Gabinete de Gerenciamento de Crise em Pernambuco.
DE SOUZA, Wanderley Mascarenhas. Gerenciamento de Crises em Segurança. São Paulo: Sicurezza, 2000.
_____, Wanderley Mascarenhas. Radiografia do Sequestro. São Paulo: Ícone, 1993.
LANCELEY, Frederick J. On-Scene Guide for Crisis Negotiators. 2 ed. Boca Raton: CRC Press, 2003.
MANFREDINI, Noely. RECALCATTI, Rubens. Sequestros: Modus Operandi e Estudos de Casos. Blumenau: Nova Letra, 2008.

DISCIPLINA 05

EDUCAÇÃO FÍSICA

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

EMENTA: Abordagens teóricas da importância da prática regular de exercícios físicos; Apresentação de noções de conceitos de fisiologia e anatomia; Desenvolvimento das valências físicas; Conhecimento das técnicas necessárias ao treinamento e aprimoramento do condicionamento físico; Conscientização da mudança do comportamento sedentário para um comportamento ativo em relação aos exercícios físicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Anamnese;
2. Noções de técnicas de Avaliação Física;
3. Apresentação prática do Protocolo do TAF;
4. TAF;
5. Atividades Lúdicas;
6. Valências Físicas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DANTAS, E.H.M. A prática da preparação física. 6ª ed. - Vila Mariana, SP: Roca, 2014;
MONTEIRO, G. A. e EVANGELISTA, A. L. Treinamento Funcional. Uma abordagem prática. Phorte Editora, SP, 2010;
NAHAS, M. V. Atividade Física, Saúde e Qualidade de Vida. 3ª Edição, Florianópolis, Editora Midiograf, 2007;

DISCIPLINA 06

LÍNGUA E COMUNICAÇÃO

CARGA HORÁRIA: 08 HORAS

EMENTA: Reflexão sobre as possibilidades de uso da língua, a fim de se comunicar o necessário, com alguns tipos e gêneros textuais/discursivos nos quais se revela. Prioridade em temáticas como aspectos da leitura, da interpretação textual e da produção de textos orais e escritos; Caráter sociocultural da língua, sempre fundada em normas socialmente instituídas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Comunicação humana: história e importância;
2. Linguagem;
3. Funções da linguagem.
4. Linguagem oral;
5. Linguagem escrita;
6. Leitura;
7. Discurso: constituição e características;
8. Discurso direto e seu efeito na comunicação;
9. Discurso indireto e seu efeito na comunicação;
10. Procedimentos sintáticos para a transformação do discurso direto em indireto e vice-versa;
11. O que é um texto?
12. Tipos textuais;
13. Qualidades e defeitos de um texto, considerando sua intencionalidade;
14. Gêneros textuais, com ênfase nos do âmbito operacional policial/jurídico.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BAZERMAN, C. Gêneros textuais, tipificação e interação. Tradução de DIONÍSIO, A. P. HOFFNAGEL, J. C. (orgs). São Paulo, Cortez, 2009.
CAVALCANTE, Mônica M. Os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2013.
DIJK, Tean A. Van. Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva. São Paulo: Contexto. Tradução de Rodolfo Ilari, 2012.
KOCH, Ingedore Villalça. Argumentação e linguagem. 13ªed. São Paulo: Cortez, 2011.
_____; Elias, Vanda Maria. Ler e compreender os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2009.
MARCUSCHI, L.A. Produção textual, análise de gêneros e compreensão. São Paulo: Parábola, 2008.

DISCIPLINA 07

TELECOMUNICAÇÕES

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Conhecimentos teóricos e técnicos básicos necessários à viabilização da comunicação aplicada à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução e importância da comunicação para humanidade;
2. Histórico das telecomunicações;
3. Teoria das telecomunicações;
4. O processo de comunicação;
5. O significado do termo telecomunicações;
6. Tipos de sinais na comunicação;
7. Introdução e importância da comunicação;
8. Elementos de um Sistema de Comunicação;
9. Sistema de Comunicação por Sinais Elétricos;
10. Tipos de Transmissão;
11. Canal de Radiofrequência;
12. Antenas/ondas/frequência (UHF e VHF);
13. Frequência;
14. Faixas de frequências utilizadas;
15. Classificação das Ondas de rádio;
16. Sistema CIODS da Capital e RMR e os Postos de Comando - "PC", no Interior do Estado;
17. Sistema de vídeo monitoramento e rastreamento de pessoas;
18. Mensagens;
19. Equipamentos de radiocomunicação;
20. Das Inspeções nas Estações de rádio;
21. Lei Geral das Telecomunicações e Normas constitucionais e penais que a envolve; Taxa de FISTEL e taxa de uso de frequência;
22. Sistema de comunicação telefônico; via rádio (analógico e digital);
23. Código "Q" internacional; Alfanumérico; e Informações sobre DATA/HORA.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LATHI B., P., Sistemas de Comunicação. Rio de Janeiro: Guanabara Dois: 1979.
CARLSON A., B., Sistemas de Comunicação. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil: 1981.
DERFLER, Jr, J., F., Freed L., Tudo sobre cabeamentos de redes. Rio de Janeiro: Campus, 1994. ALENCAR M., S., Curso de Telefonia. Apostila, DEE - UFPb, Campina Grande: 1997.
FONSECA J., N., Telecomunicações I. Apostila, COELT - ETFSe, Aracaju: 1997.
Leis das Telecomunicações nº 9.472, Lei nº 9.295, Lei nº 4.177, Decreto-Lei 236;
Lei da Interceptação Telefônica nº 9.296;
Decreto-Lei nº 89.056 sobre alarme bancário;
COELHO, Patrícia Pinto, Telefonia Móvel Celular, Inatel, Santa Rita do Sapucaí-MG, 1995.

DISCIPLINA 08

TECNOLOGIAS E SISTEMAS INFORMATIZADOS

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS

EMENTA: Conhecimento na utilização dos diversos módulos de pesquisa do Sistema Infoseg. Emprego dos Sistemas contidos no Portal Web e no Portal de Sistemas nos diversos tipos de pesquisa. Habilitação do policial na utilização da Delegacia Interativa e Siap-Crime. Aplicação dos sistemas informatizados de defesa social nos diversos tipos de investigação. Reconhecimento da legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social no âmbito da Polícia Civil de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de mandados de prisão, indivíduos, condutores e veículos;
3. Sistema Infoseg: módulos de pesquisa de Armas, Receita e Administração;
4. Portal Web: Solicitações de Antecedentes Criminais Online, Sistema de Relatórios Carcerários e Sistema de Cadastro Civil;
5. Portal Web: Sistema de Consulta a Roubo e Furtos de Veículos, Sistema de Consulta de Mandados de Prisão e Sistemas de Consultas Integradas;
6. Portal de Sistemas: Sistema de Registro de Queixas de Roubos e Furtos de Veículos;
7. Siap-Crime;
8. Delegacia Interativa;
9. Legislação de acesso à Internet e aos Sistemas Informatizados de Defesa Social.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

www.infoseg.gov.br
<https://servicos.sds.pe.gov.br/portalsds/>
www.policiacivil.pe.gov.br
<https://www.tjpe.jus.br/siapcrime/xhtml/login.xhtml>
<http://servicos.sds.pe.gov.br/delegacia/>
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL. (2003), Manual dos Sistemas de Defesa Social. Projeto CIODS/2000.
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. (2000), Manual do Infoseg. Procergs.

DISCIPLINA 9

IDENTIDADE E CULTURA DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO

CARGA HORÁRIA: 06 HORAS

EMENTA: História e evolução institucional da Polícia Civil de Pernambuco. Identidade organizacional, visão estratégica e símbolos institucionais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. O surgimento da Polícia Civil no Brasil e em Pernambuco;

2. Missão, valores e a visão estratégica institucionais;
3. Os Símbolos da Polícia Civil de Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAVALCANTI, Carlos Bezerra. Polícia Civil de Pernambuco - Origem e Evolução Histórica. Recife: Recife. 2008;
Planejamento Estratégico Situacional da Polícia Civil de Pernambuco – 2015-2020, Disponível em: <http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/pespcpe.html>. Acesso em 20 de julho de 2016.
História da Polícia Civil de Pernambuco. Disponível em: <http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/historia-da-policia.html>. Acesso em 19 de julho de 2016.
Símbolos da Polícia Civil de Pernambuco. Disponível em: <http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/simbolos.html>. Acesso em 19 de julho de 2016.

DISCIPLINA 10**ÉTICA E CIDADANIA****CARGA HORÁRIA: 10 HORAS**

EMENTA: Conduta ética e legal no relacionamento profissional e social.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos e Princípios da Ética e cidadania e suas aplicabilidades;
2. Aspectos Jurídicos da Ética e correlatos;
3. Perfil Profissional e comportamentos éticos adequados ao Serviço.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BALESTRERI, R. B. Direitos humanos: coisa de polícia. Passo Fundo, CAPEC. 1998.
CHOUKR, F. H.; AMBOS, K. Polícia e estado de direito na América Latina. Rio de Janeiro: Lumen Júris, 2004.
KIPPER, Délio José (Org.) Ética e prática: uma visão multidisciplinar. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006.
SOUZA, Herbert de; RODRIGUES, Carla. Ética e cidadania. São Paulo, Moderna. 1998.
ROVER, Cees de. Direitos humanos e direito internacional humanitário para forças policiais e de segurança: manual para instrutores. Genebra, Comitê Internacional da Cruz Vermelha. 1998.

DISCIPLINA 11**ABORDAGEM POLICIAL NO ÂMBITO DAS OPERAÇÕES DE POLÍCIA JUDICIÁRIA****CARGA HORÁRIA: 40 HORAS**

EMENTA: Técnicas necessárias à correta aplicação dos procedimentos de abordagem, em consonância com o ordenamento jurídico nacional e as normas internacionais de direitos humanos e atuação dentro dos padrões éticos necessários atuação policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos e princípios da abordagem;
2. Empunhadura; Posição Sul; Tipos de saque; Controle do Cano;
3. Técnicas com algemas: Em pé, com e sem anteparo, de joelhos e deitado; Aula prática de Abordagem a pessoa;
4. Abordagem a veículos (carro/moto);
5. Abordagem a edificações;
6. Abordagem a edificações (transposição de obstáculos e entradas táticas).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MARCINEIRO, Nazareno; PACHECO, Giovanni Cardoso. Polícia Comunitária: evoluindo para a polícia do século XXI. Florianópolis, Ed. Insular, 2005.
AMARAL, Luiz Otávio de Oliveira. Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia. Brasília, Consulex, 2003.
Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.
Estatuto da Criança e do Adolescente. Lei Federal 8069 de 13/07/1990.
Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de Pernambuco - Lei Nº 6123 de 20/07/1968.
FRANCO, Paulo Ricardo Pinto. Técnicas Policiais - Uma questão de Segurança. Porto Alegre, Santa Rita, 2002.
LEDUR, Nelson Henrique Monteiro. Violência nas abordagens policiais. Porto Alegre, Revista Unidade, nº 41, Jan/Mar, 2000.
LIMA, João Cavalim de. Atividade policial e o confronto armado. Curitiba, Juruá. 2005.
GONÇALVES, Manuel Lopes Maia. O Novo Código de Processo Penal. Coimbra, Almedina, 1988.
FORTE, Edmilson. Policiamento Preventivo: indivíduo suspeito, busca pessoal, detenção para averiguação, identificação de pessoas. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores da Polícia Militar. Monografia do CAO-I, São Paulo, 1998.
TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Código de Processo Penal-Comentado. Ed. Saraiva, 2010.
<http://www.youtube.com/watch?v=xEkCi2wRbk4&feature=related>
www.ctte.com.br/ctte/?alvo=prog&proj=002
<http://pt.shvoong.com/law-and-politics/1622625-abordagem-policial-pessoas/>
<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9491>

DISCIPLINA 12**ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR****CARGA HORÁRIA: 16 HORAS**

EMENTA: Noções de primeiros socorros com aplicação de técnicas e procedimentos adequados a situação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Atributos e Biossegurança: Utilizar medidas de segurança para redução da exposição do Policial Civil aos agentes biológicos; Aplicar corretamente os equipamentos e proteção individual; Avaliação primária; Realizar exame rápido na vítima, procurando por lesões que acometam a sua vida nos primeiros minutos do acidente;
2. Desobstrução de vias aéreas: Desobstruir vias aéreas com obstrução severa nas vítimas em pé ou deitada;
3. Reanimação cardiopulmonar: Identificar as causas e consequências de uma parada cardíaca e respiratória; Oferecer assistência respiratória, inclusive com manobras de abertura das vias aéreas superiores; Efetuar manobras de massagem cardíaca externa e ventilação artificial com um ou dois socorristas, em vítimas bebês, crianças e adultos, utilizando ou não AMBU e cânula de Guedel; Apresentar o Desfibrilador DEA 2005 AHA;
4. Avaliação secundária: Quantificar sinais vitais; Executar o exame cefálio-caudal; Correlacionar a cinemática do trauma, com as possíveis lesões da vítima;
5. Estado de choque, Hemorragias (hemostasia) e lesões ambientais: Descrever a fisiopatologia do estado de choque; Identificar os sinais e sintomas da hemorragia e formas de contenção; Lesões ambientais e noções de remoção; Descrever as prioridades de uma vítima queimada; Classificar as queimaduras quanto à sua profundidade e extensão; Executar condutas iniciais de um queimado;
6. Noções de rolamentos, elevações e transporte de vitimados: Apresentar os rolamentos e elevações para remoção de vítimas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

PHTLS – Prehospital Trauma Life Support – Conselho Americano de Cirurgiões 2009;
Fundamentos do Atendimento Pré-Hospitalar – CBMPE;
Manual do Curso de Emergencista Pré-Hospitalar – CBMDF;
Manual de emergência médica – WALTER ZIN;
Portaria Nº 2048 do Ministério da Saúde – Regula o sistema de atendimento pré-hospitalar no Brasil;
Caderno de treinamento do CBMPE;
Protocolos operacional padrão do CBMPE;
Emergências Médicas / Universidade Federal do Ceará.

DISCIPLINA 13

USO DIFERENCIADO DA FORÇA

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Suporte e embasamento teórico e prático aos profissionais da área de segurança pública, quanto à observância dos princípios técnicos e éticos adequados ao atendimento de ocorrência que há a necessidade da aplicação do uso diferenciado da força (uso progressivo da força). Avaliação da adequabilidade, necessidade e proporcionalidade do uso da força, para a formação de um juízo crítico, com o objetivo da investigação em sede de inquérito policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Excludentes de criminalidade;
3. Desacato;
4. Tortura;
5. Excessos;
6. Uso da força: Conceitos e definições;
7. Uso da Força e a Polícia na atualidade;
8. Aspectos legais e éticos do uso da força;
9. Legislação Internacional, nacional e estadual aplicáveis ao uso da força;
10. Princípios básicos do Uso da Força e Arma de fogo;
11. Domínio do processo de tomada de decisão;
12. Princípios do UPF;
13. Prioridade ou foco na atuação e emprego do uso da força;
14. Fundamentos teóricos do uso da força pelos profissionais de segurança;
15. Propostas de Modelos de Uso Progressivo da força;
16. Procedimento operacional padrão;
17. Análise comparativas dos Modelos do uso da força;
18. Formação de Juízo Crítico sobre Uso da Força;
19. Elementos do uso da força;
20. Armas e equipamentos;
21. Tática de defesa;
22. Restrições;
23. Movimento e voz;
24. Formas de emprego de materiais e equipamentos não letais;
25. Técnica, tecnologias, armas, munições e equipamentos não letais;
26. Classificação dos Equipamentos; armas, munições e agentes não letais;
27. Tipos, composição, emprego, manuseio e segurança na utilização;
28. Emprego tático dos equipamentos e tecnologias não-letais;
29. Identificação das principais tecnologias não letais, EPI, EPC com a realização de oficinas simuladas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, Alexandre Flecha & CAMPOS, Colemar Elias. Técnicas do tiro ao alvo: breve histórico e orientações. Ed. Independente, Goiania, 1989;
GIRALDI, Nilson. IPSC X Pista Policial. ed. PMESP. São Paulo. 1996;
GOIAS. PMGO. Procedimento Operacional Padrão - POP. 2003;
MATHIAS, José J. D'Andrea & BARROS, Saulo C. Rego. Manual Básico de Armas de Defesa. ed. Magnum. São Paulo. 1997;
LIMA, João Cavalim de. Atividade Policial e Confronto Armado. Curitiba: Juruá, 2005;
MINAS GERAIS. PMMG Manual de Prática Policial – Volume I, Belo Horizonte, 2002;
SCHODER, André Luiz Gomes. Artigo – Princípios Delimitadores do Uso da Força para os Encarregados da Aplicação da Lei. ed. Independente. Goiânia. 2000;
ONU, Princípios Básico de Uso da Força e Armas de Fogo – PBUFAF;
ONU, Código de Conduta para Encarregados da Aplicação da Lei – CCEAL.

DISCIPLINA 14

DEFESA PESSOAL POLICIAL

CARGA HORÁRIA: 28 HORAS

EMENTA: Conhecimento e domínio sobre técnicas de defesa pessoal policial e táticas de imobilizações, necessárias à preservação da integridade física de terceiros e do policial no exercício legal de suas atribuições, em estrita observação e respeito aos princípios norteadores da cidadania e dos direitos humanos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Técnicas de saída de pegada no punho;
2. Técnicas de saída de pegada no punho com imobilização;
3. Técnicas de imobilização e condução: chave de ombro; chave de punho; chave de cotovelo; chave de punho para trás;
4. Defesa contra agarramento: saída contra agarramento pela frente por cima dos braços; saída contra agarramento pela frente por baixo dos braços; saída contra agarramento por trás por cima dos braços; saída contra agarramento por trás por baixo dos braços;
5. Defesa contra agarramento: saída contra esganadura; saída contra gravata lateral;
6. Defesa contra golpes contundentes: defesa contra chute frontal; defesa contra chute lateral; defesa contra soco frontal; defesa contra soco lateral;
7. Defesa contra agressão com armas: defesa contra agressão com faca por cima (descendente); defesa contra agressão com faca por baixo (ascendente); defesa contra agressão com faca no tórax; defesa contra agressão com faca lateral (circular); defesa contra agressão com arma de fogo apontada no tórax; defesa contra agressão com arma de fogo apontada na cabeça; defesa contra agressão com arma de fogo apontada nas costas; defesa com tomada antecipada ao saque, contra agressão com arma de fogo.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Apostila Defesa Pessoal - SENASP (Academia de Polícia de Alagoas);
CORREA FILHO, Albano Augusto Pinto, (1986), Manual de ataque e defesa. Belo Horizonte;
DUNCAN, Oswaldo. (1979), Judô katas, Rio de Janeiro, Tecnoprint;
LASSERRE, Robert. Atemis e jiu-jitsu. São Paulo, Mestre Jou;
ROBERT, Luis. (1968), O judô. 4. ed. Portugal, Editorial Notícias;
SHIODA, Gozo. (1991), Dinâmicaikido. 15. ed. Tóquio, Kodansha Internacional;
TOHEI, Koichi. (1977), Aikido y autodefesa. 3. ed. Buenos Aires: Editorial Glem.UESSHIBA;
KISSHOMARU. (1990), Sikido: la pratica. Madri, Editorial Eyra.

DISCIPLINA 15

ARMAMENTO, MUNIÇÃO E TIRO

CARGA HORÁRIA: 80 HORAS

EMENTA: Instrução tática e técnica dos policiais com os principais armamentos utilizados pela instituição, bem como os princípios de montagem e desmontagem de armamentos e os conceitos do tiro policial propriamente dito.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Histórico e evolução das armas de fogo. Especificidade de uso na função policial e suas responsabilidades. Diretrizes sobre o uso da força e armas de fogo pelos agentes de segurança pública;
2. Apresentar os principais conceitos, a classificação dos armamentos, os processos de disparo e sistemas de funcionamento. Apresentar as munições utilizadas pela instituição. Apresentar as noções gerais sobre balística. Realizar a Iniciação ao tiro policial. Definir as condutas e segurança na prática do tiro. Apresentar as características do tiro policial;
3. Apresentar e executar os fundamentos do tiro policial;
4. Apresentação dos armamentos. Características. Mecanismos de segurança. Funcionamento. Munição utilizada. Emprego operacional. Apresentação do EPI;
5. Inspeção Preliminar. Montagem e Desmontagem (teoria e prática);
6. Manejo. Manutenção e Guarda;
7. Avaliação prática de montagem e desmontagem da PT 840;
8. Avaliação prática de manejo com os seguintes armamentos: PT 840, Mt Cal. .40 e Espingarda Cal. 12;
9. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com Pistola. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Pt/Pt backup). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos;
10. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com MT .40. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Mt/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos;
11. Conduta e segurança na prática do tiro. Fundamentos do tiro com a Espingarda Cal. 12. Recarga operacional: administrativa/tática/emergencial. Procedimentos com pane de armamento. Transição operacional de armamento (Esp. 12/Pt). Exercícios de controle de cano. Progressões e regressões com o armamento. Utilização operacional de coberturas e abrigos. Iniciação ao tiro no STAND (Procedimentos e condutas de segurança);
12. Realizar disparos com a PT .40;
13. Realizar disparos com a MT .40;
14. Realizar disparos com a Espingarda Cal. 12;
15. Efetuar disparos de precisão para treino com a PT .40;
16. Avaliação de tiro de precisão com a PT .40.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CÂMARA JÚNIOR, Wellington Bezerra. Manual de Tiro Policial. Capitão, PMPE;
Coleção Armas Ligeiras de Fogo. Editora Del Prado.1996;
ONU. Princípios básicos sobre a utilização da força e de armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei;
GIRALDI, Nilson. Manual "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida" – 513 – Manual da Pistola Semi-automática .40 S&W. São Paulo;
GIRALDI, Nilson. DVD "O Tiro Defensivo na Preservação da Vida – Método Giraldi".São Paulo;
Portaria do Comando Geral da PMPE – Regulamenta para armas:
http://www2.pm.pe.gov.br/c/document_library/get_file?p_l_id=13029&folderId=91751&name=DLFE-9890.pdf
Lei nº10.826/2003 – Estatuto do desarmamento:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.826.htm;
Decreto nº 4.123/2004 – Regulamenta o registro e o porte de Armas:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5123.htm.

DISCIPLINA 16

CRIME ORGANIZADO E LAVAGEM DE DINHEIRO

CARGA HORÁRIA: 8 HORAS

EMENTA: Compreensão da maneira de como se organiza a criminalidade complexa, com abordagem dos aspectos sociológicos, criminológicos e jurídicos e ênfase na necessidade da adaptação do atual modelo de investigação criminal.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos fundamentais de criminalidade organizada e lavagem de dinheiro; Contextualização histórica da legislação brasileira e Tratados Internacionais.
2. Contextualização internacional da criminalidade organizada e da lavagem de dinheiro, sua criminalização e organismos de fiscalização.
3. Características essenciais e não essenciais da criminalidade organizada.
4. A lógica de criminalização da lavagem de dinheiro.
4. Constitucionalidade da repressão à criminalidade organizada: o garantismo penal integral.
5. Criminalidade econômica e complexa.
6. Crime organizado e sua relação com o poder público.
7. Crime organizado no Brasil e em Pernambuco.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMORIM, Carlos. CV-PCC: a irmandade do crime. 12. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

BALTAZAR JR. José Paulo. Crime Organizado e Proibição de Insuficiência. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

CALLEGARI, André (org.). Crime Organizado – Tipicidade – Política Criminal – Investigação e Processo – Brasil, Espanha e Colômbia. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

De CARLI, Carla Veríssimo (org.). Lavagem de Dinheiro – Prevenção e Controle Penal. 2. ed. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2013.

_____. Lavagem de Dinheiro: ideologia da criminalização e análise do discurso. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2012.

CORDERO, Isidoro Blanco. El Delito de Blanqueo de Capitales. 3. Ed. Cizur Menor: Aranzadi, 2012.

DINO, Alessandra. MAIEROVITCH, Walter Fanganiello (orgs). Novas Tendências da criminalidade transnacional mafiosa. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

FALCONE, Giovanni. Et. al. Cosa Nostra – O Juiz e os “Homens de Honra”. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

GARCIA, Joaquin (Jack). Infiltrado – O FBI e a Máfia. São Paulo: Larousse do Brasil, 2009.

LILLEY, Peter. Lavagem de Dinheiro – Negócios Ilícitos transformados em atividades legais. São Paulo: Futura, 2001.

MAGALHÃES, Vlamir Costa. O Garantismo Penal Integral: Enfim, uma proposta de revisão do fetiche individualista. Rev. SJRJ, v. 17, Rio de Janeiro, 2010.

MAZUR, Robert. O Infiltrado – Minha Vida Secreta nos Bastidores da Lavagem de Dinheiro no Cartel de Medellín. Curitiba: Nossa Cultura, 2010.

MENDRONI, Marcelo Batlouni. Crime Organizado. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2015.

MORO, Sergio Fernando. Considerações sobre a operação Mani Pulite. Revista CEJ, Brasília, n. 26, p. 56-62, jul./set. 2004

FURTADO, Lucas Rocha. As raízes da corrupção no Brasil. Belo Horizonte: Forum, 2015.

OLIVEIRA, Adriano. Tráfico de Drogas e Crime Organizado – Peças e Mecanismos. Curitiba: Juruá, 2008.

ROSE-ACKERMAN, Susan. PALIFKA, Bonnie J. Corruption and Government. Causes, Consequences and Reform. 2. Ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.

SAVIANO, Roberto. ZeroZeroZero. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

TURONE, Giuliano. Il Delitto di Associazione Mafiosa. 3. Ed. Milão: Giuffrè, 2015.

DISCIPLINA 17

CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS

EMENTA: Abordagem das condutas lesivas à administração pública, especificamente os crimes contra a administração pública, descritos no Código Penal Brasileiro e na legislação extravagante, bem como a análise dos métodos de investigação e mecanismos de repressão a tais delitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Dos crimes contra a administração pública previstos no Código Penal Brasileiro;
2. Dos crimes contra a administração pública previstos na legislação extravagante;
3. Metodologia de produção de provas nas investigações de crimes contra a administração pública: Relatório de Inteligência Financeira; Quebra de sigilo bancário; Quebra de sigilo fiscal; Quebra de sigilo e interceptação de sinais telemáticos; Quebra de sigilo e interceptação telefônica; Coleta de provas em campo;
4. Aplicação de medidas cautelares nas investigações de crimes contra a administração pública;
5. Aplicação das medidas assecuratórias nas investigações de crimes contra a administração pública.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BECHARA, Fábio Ramazzini. Natureza jurídica do Relatório de Inteligência Financeira do COAF (Conselho de Controle das Atividades Financeiras). Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC Belo Horizonte, ano 1, n. 1, jan. / jun. 2014

BALTAZAR JR, José Paulo. Crimes Federais. São Paulo: Saraiva, 2015.

_____. Sigilo Bancário e Privacidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

BITENCOURT. Cezar Roberto. Direito Penal das licitações. São Paulo: Saraiva, 2012.

DALLAGNOL. Deltan Martinazzo. As lógicas das provas no processo. Prova Direta, Índícios e Presunções. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.

ESSADO, Tiago Cintra. Perda de bens: sistematização e perspectivas críticas. Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC, Belo Horizonte, ano 1, n. 2, jul. / dez. 2014

GRECO, Luis (org.). Autoria Como Domínio do Fato. São Paulo: Marcial Pons, 2014.

GRECO FILHO, Vicente. Dos Crimes da Lei de Licitações. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

LATERZA, Rodolfo Queiroz. Breves Considerações Críticas Sobre os Desafios da Infiltração Policial da Persecução Penal. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.

LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.

MENDONÇA, Andrey Borges. A Colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). Rev. Custos Legis. Vol. 4, 2013.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A prova por indícios no processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

PEREIRA, Flávio Cardoso. Infiltração de agentes: técnica de investigação para detectar e provar delitos de lavagem de capitais. Especial referência à Lei n. 12.850/2013. In. Lavagem de Capitais e Sistema Penal. Contribuições hispano-brasileiras a questões controversas. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014.

PEREIRA, Frederico Valdez. O Procedimento da Colaboração Premiada e as Inovações da Lei 12.850/13. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.

De SANCTIS, Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro – Destinação de Bens Apreendidos, Delação Premiada e Responsabilidade Social 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

ROSE-ACKERMAN, Susan. PALIFKA, Bonnie J. Corruption and Government. Causes, Consequences and Reform. 2. Ed. Nova Iorque: Cambridge University Press, 2016.

TROTT, Stephen S. O Uso de um Criminoso Como Testemunha: um problema especial. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 37, p. 68-93, abr./jun. 2007.

VILARES, Fernanda Regina. Metodologia da investigação criminal e sua importância para uma ação controlada eficiente. Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC Belo Horizonte, ano 2, n. 4, jul. / dez. 2015

DISCIPLINA 18

ESTRUTURA E COMPETÊNCIA DA SDS E DA PCPE

CARGA HORÁRIA: 06 HORAS

EMENTA: Conhecimento da estrutura organizacional e competências/atribuições da Secretaria de Defesa Social - SDS e da Polícia Civil de Pernambuco - PCPE.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Segurança Pública no contexto das Constituições Federal de 5 de outubro de 1988 e Estadual de 5 de outubro de 1989;
2. Emenda Constitucional nº 15, de 26 de janeiro de 1999 - Polícia Civil, Polícia Militar e corpo de Bombeiros Militar, como integrantes da Secretaria de Estado responsável pela Defesa Social;
3. Lei nº 6.657, de 7 de janeiro de 1974 - institui a polícia de carreira, criando o quadro de pessoal policial e dá outras providências;
4. Paradigma Gerencial de Administração Pública no Estado e a criação da Secretaria de Defesa Social mediante extinção da Secretaria da Segurança Pública - através da Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999, revogando a Lei nº. 11.200 de 30 de janeiro de 1995, e suas alterações;
5. Lei nº 12.601, de 18 de junho de 2004 - Reorganiza o funcionamento das atividades atribuídas ao Sistema de Defesa Social do Estado, cria áreas comuns de atuação integrada, e dá outras providências;
6. Lei nº 12.853, de 04 de julho de 2005 - Institui o dia 13 de abril de 1817 como a data de criação da Polícia Civil do Estado de Pernambuco, adota como seu patrono o Patriota Felipe Néri Ferreira, e dá outras providências;
7. Estrutura e Competência da Secretaria de Defesa Social - SDS e da Polícia Civil de Pernambuco - PCPE à luz das Leis nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, nº 15.664, de 10 de dezembro de 2015, e dos Decretos nº 41.851, de 25 de junho de 2015, nº 41.460, de 30 de janeiro de 2015, nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009, nº 35.305, de 07 de julho de 2010 e alterações;
8. Decretos nº 27.075, de 31 de agosto de 2004 e nº 35.291, de 07 de julho de 2010 - Estrutura Organizacional das Delegacias de Polícia Civil, definição de suas classificações e outras providências;
9. Decreto nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009 - Aprova o Regulamento da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências;
10. Decreto nº 35.305, de 08 de julho de 2010 - Aprova o Manual de Serviços da Secretaria de Defesa Social, e dá outras providências;
11. Evolução da Polícia Civil de Pernambuco - Leis nº 15.026, de 20 de junho de 2013, nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013 e nº 14.761, de 31 de agosto de 2012, regulamentadas pelos - Decretos nº 40.272, de 10 de janeiro de 2014, nº 39.665, de 1º de agosto de 2013 e nº 38.710, de 9 de outubro de 2012;
12. Decreto nº 41.901, de 8 de julho de 2015 - Estrutura organizacional e regime de funcionamento da Central de Plantões da Capital - CEPLANC, criada pela Lei nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013;
13. Estrutura organizacional, regime de funcionamento e atribuições da Coordenação dos Serviços de Plantão Policial - COORDPLAN, da Polícia Civil de Pernambuco, de acordo com o Decreto nº 41.933, de 15 de julho de 2015.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Constituições Federal de 5 de outubro de 1988 e Estadual de 5 de outubro de 1989;

Emenda Constitucional nº 15, de 26 de janeiro de 1999;

Lei nº 6.657, de 7 de janeiro de 1974;

Lei nº 11.629, de 28 de janeiro de 1999;

Lei nº 12.601, de 18 de junho de 2004;

Lei nº 12.853, de 04 de julho de 2005;

Leis nº 15.452, de 15 de janeiro de 2015, nº 15.664, de 10 de dezembro de 2015, e dos Decretos nº 41.851, de 25 de junho de 2015, nº 41.460, de 30 de janeiro de 2015, nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009, nº 35.305, de 07 de julho de 2010 e alterações;

Decretos nº 27.075, de 31 de agosto de 2004 e nº 35.291, de 07 de julho de 2010;

Decreto nº 34.479, de 29 de dezembro de 2009;

Decreto nº 35.305, de 08 de julho de 2010;

Leis nº 15.026, de 20 de junho de 2013, nº 15.212, de 19 de dezembro de 2013 e nº 14.761, de 31 de agosto de 2012, regulamentadas pelos Decretos nº 40.272, de 10 de janeiro de 2014, nº 39.665, de 1º de agosto de 2013 e nº 38.710, de 9 de outubro de 2012;

Decreto nº 41.901, de 8 de julho de 2015;

Decreto nº 41.933, de 15 de julho de 2015.

DISCIPLINA 19

DIREITO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Explanação e delineamento das normas relativas às infrações disciplinares e dos meios apuratórios da conduta do servidor policial no exercício da função de Polícia Judiciária, na perspectiva do estudo detalhado e crítico do Direito Administrativo Disciplinar. Ampliação dos conhecimentos com entendimento do Regime Disciplinar aplicável à conduta funcional do servidor policial civil, com objetivo em última análise à postura policial dentro dos padrões de legalidade. Compreensão macro da expectativa de conduta funcional do servidor policial de acordo com os princípios jurídicos de direito público e da sistemática processual disciplinar. Consientização do discente sobre a importância do exercício do controle interno, exercido na Secretaria de Defesa Social pela Corregedoria Geral, e sua relação com as atividades de polícia judiciária para preservação das garantias constitucionais e legais, previstas no Ordenamento Jurídico pátrio.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direito Administrativo e sua caracterização como ramo de Direito Público: Conceito e características; Direito Administrativo Disciplinar; Responsabilidades do Servidor Público;
2. Legislação aplicável ao Regime Disciplinar e ao Processo Administrativo Disciplinar;
3. Garantias Constitucionais no Regime e Processo Administrativo Disciplinar;
4. Corregedoria Geral da SDS e sua história;
5. Estrutura organizacional e suas atribuições;
6. Responsabilidade Administrativa do Servidor policial civil;
7. Análise da Lei nº 6425/72 e Lei nº 6123/1968;
8. Instrumentos de apuração Corregedoria Geral;
9. Sindicância Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar;
10. Direito Processual Disciplinar: Conceito; Princípios do Processo; Sistemas de Repressão Disciplinar; Do afastamento do servidor; A punição disciplinar; Do pedido de reconsideração; Recurso Disciplinar; Da revisão do Da prescrição; Repercussão da sentença penal na esfera disciplinar;
11. Processo Administrativo Disciplinar, sob à ótica da Lei nº 6.123/68;
12. Dos procedimentos disciplinares previstos na Lei nº 6.123/68.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Constituição Federal de 1988;

Lei Estadual nº 6.123/68;

Lei Estadual nº 6.425/72;

Lei Federal nº 8.429/92;

Lei Federal nº 9.784/99;

Lei Estadual nº 11.781/00;

Lei Estadual nº 11.929/01;

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 27ª edição, 2014;

ARAÚJO, Edimir Neto de. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Saraiva, 5ª edição, 2010;

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. São Paulo: Atlas, 28ª edição, 2014;

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 10ª edição, 2014;

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 27ª edição, 2010.

ALEXANDRINO, Marcelo; e PAULO, Vicente. Direito Administrativo Descomplicado. Rio de Janeiro: Forense, 19ª edição, 2011;

OLIVEIRA, Cláudio Brandão de. Manual de Direito Administrativo. Rio de Janeiro: Forense, 4ª edição, 2009.
BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. Processo Administrativo Disciplinar. São Paulo: Max Limonad, 2ª edição, 2003.
JÚNIOR, José Cretella. Prática do Processo Administrativo. São Paulo: Revista dos Tribunais, 6ª edição, 2008;
COSTA, José Armando da. Processo Administrativo Disciplinar. Distrito Federal/Brasília: Brasília Jurídica, 3ª edição, 1999;
CARVALHO, Antônio Carlos Alencar. Manual de Processo Administrativo Disciplinar e Sindicância: À luz da Jurisprudência dos Tribunais e da Casuística da Administração Pública. Belo Horizonte: Fórum, 3ª edição, 2012;
ALVES, Léo da Silva. Prática de Processo Disciplinar. Distrito Federal/Brasília: Brasília Jurídica, 2001;
DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. Discricionariedade Administrativa na Constituição de 1988. São Paulo: Atlas, 3ª edição, 2012.
REIS, Palhares Moreira. Processo Disciplinar: Comentários com instruções e esclarecimentos desde a denúncia de irregularidades até a revisão do processo. Distrito Federal: Consulex, 2ª edição, 1999.
MELLO, Rafael Munhoz de. Princípios Constitucionais de Direito Administrativo Sancionador: As sanções administrativas à luz da Constituição Federal de 1988. São Paulo: Malheiros, 2007.
ALVES, Léo da Silva. Processo Disciplinar em 50 Questões. Distrito Federal/Brasília: Brasília Jurídica, 1ª edição, 2002;
SIRAQUE, Vanderley. Controle Social da Função Administrativa do Estado: Possibilidades e limites na Constituição de 1988. São Paulo: Saraiva, 2ª edição, 2009;
FRANÇA, Phillip Gil. O Controle da Administração Pública: Tutela Jurisdicional, regulação econômica e desenvolvimento. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008;
FILHO, Marino Pazzaglini. Lei de Improbidade Administrativa Comentada. São Paulo: Atlas, 5ª edição, 2011.

DISCIPLINA 20

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

CARGA HORÁRIA: 08 HORAS

EMENTA: Noções gerais sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente no tocante aos direitos fundamentais dos menores, às medidas de proteção, à prática do ato infracional, à rede de proteção e aos crimes previstos no Estatuto.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direitos Fundamentais;
2. Medidas de Proteção;
3. Prática do Ato Infracional;
4. Medidas Pertinentes aos Pais ou Responsáveis;
5. Conselho Tutelar;
6. Acesso à Justiça;
7. Crimes e Infrações Administrativas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

NUCCI, GUILHERME DE SOUZA. (2015). Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado; Em busca da Constituição Federal da Criança e dos Adolescentes; 2ª Edição; Editora Forense.
CURY, MUNIR. Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado. 9ª Edição. Malheiros.
RIEZO, FERNÃO BARBOSA (2013). Prática do Estatuto da Criança e do Adolescente. 3ª Edição. Editora Tradebook.

DISCIPLINA 21

DIREITO PENAL APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS

EMENTA: Aquisição de conhecimento técnico acerca da aplicação das normas penais incriminadoras e não incriminadoras a fatos penalmente relevantes, relacionados à atividade de polícia judiciária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Tipicidade: Conceito; Elementos; Excludentes e sua aplicação;
2. Ilícitude: Conceito; Excludentes e sua aplicação;
3. Culpabilidade: Conceito; Excludentes e sua aplicação;
4. Consumação e Tentativa: "Inter criminis"; Espécies de tentativa; Crimes que não admitem tentativa; Análise do momento caracterizador da tentativa;
5. Concurso de pessoas: Conceito; Autoria; Espécies; Participação; Comunicabilidade de determinadas circunstâncias; Cooperação dolosamente distinta;
6. Concurso de crimes: Conceito; Espécies; Aplicação à atividade policial;
7. Dos Crimes Contra a Vida;
8. Dos Crimes Contra o Patrimônio.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. v. 1. São Paulo: Saraiva, 2016.
CAPEZ, Fernando. Curso de Direito Penal. Parte Geral. v. 2. São Paulo: Saraiva, 2016.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 1. São Paulo: Ímpetus, 2016.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 2. São Paulo: Ímpetus, 2016.
GRECO, Rogério. Direito penal, vol. 3. São Paulo: Ímpetus, 2016.
BITENCOURT, Cezar Roberto. Manual de Direito Penal – Parte Geral. São Paulo: Saraiva, 2016.
BITENCOURT, Cezar Roberto. Tratado de Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2016. V. 2.
NUCCI, Guilherme de Souza. Manual de Direito Penal. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2016.

DISCIPLINA 22

DIREITO PROCESSUAL PENAL APLICADO À ATIVIDADE POLICIAL

CARGA HORARIA: 12 HORAS

EMENTA: Conhecimento dos fundamentos para feitura do inquérito policial e outros procedimentos previstos em lei para apuração das infrações penais e da regras para fixação da competência em matéria penal e atribuições; Adoção das providências cabíveis diante de incidentes de sanidade mental e falsidade;

Entendimento das provas e sua licitude; Conhecimento das provas e sua licitude; Conhecimento do estado de flagrância e os requisitos processuais para a prisão temporária e preventiva.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Fundamentos para feitura do inquérito policial e outros procedimentos previstos em lei para apuração das infrações penais;
2. Regras para fixação da competência em matéria penal e atribuições;
3. Providências cabíveis diante de incidentes de sanidade mental e falsidade;
4. Conhecer as provas e sua licitude;
5. Estado de flagrância, os requisitos processuais para a prisão temporária e preventiva.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

DELMANTO, C. (1984), Código Penal Anotado. 5ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva.
MIRABETE, J.F. (2003), Processo Penal. 14ª Edição, São Paulo, Editora Atlas.
NORONHA, E.M. (1989), Curso de Direito Processual Penal. 19ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva.
_____, Guilherme de Souza. (2007), Código de Processo Penal Comentado. 6ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.
NUCCI, Guilherme de Souza. (2006), Manual de Direito Processual Penal: parte geral parte especial. São Paulo, Revista dos Tribunais.
TOURINHO FILHO, F.C. (1990). Processo Penal. 4ª Edição, São Paulo, Editora Saraiva.

DISCIPLINA 23

JUSTIÇA RESTAURATIVA

CARGA HORÁRIA: 08 HORAS

EMENTA: Articulação das bases conceituais da Justiça Restaurativa, com os respectivos fundamentos legais e modelos de resolução de conflitos que vêm sendo difundidos no mundo para a promoção de uma cultura de paz. Contextualização da polícia judiciária na resolução pré-processual dos conflitos, fomentando a acessibilidade à justiça epromovendo uma maior sensação de segurança pública, uma vez que trabalha com o empoderamento das partes na relação conflitiva, como a exemplo dos NECRIMS já existentes no Estado de São Paulo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Modelos de resolução de conflitos;
2. Fundamentação legal da Justiça Restaurativa;
3. Processos de resolução: Mediação, conciliação e negociação;
4. NECRIM;
5. Técnicas de conciliação/mediação.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.
BRASIL. Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais, DOU, 1995.
FERRAJOLI, Luigi. Direito e Razão: Teoria do Garantismo Penal. Ed. Revista dos Tribunais, 2ª edição, ano 2006, São Paulo/SP.
GARCEZ, José Maria Rossani. Negociação. ADRS. Mediação Conciliação e Arbitragem. Ed. Lumen Juris, 2003.
GRINOVER, Ada Pellegrini. Deformalização do processo e deformalização das controvérsias. Novas tendências do direito processual. Rio de Janeiro: ForenseUniversitária, 1990, pp. 175 e segs.
JACCOUD, Mylène. Princípios, Tendências e Procedimentos que cercam a Justiça Restaurativa. In SLAKMON, C., R. DE VITTO, R. GOMES PINTO (org.). Justiça Restaurativa. Brasília/DF: Ministério da Justiça e PNUD, 2005, pp. 163-188.
LARRAURI, Elena. Tendenciasactualesenlajusticia restauradora. In ÁLVARES, Fernando Pérez (ed.). SERTA In memoriam AlexandriBaratta. Salamanca: Universidad de Salamanca – Aquilafuente, 2004, pp. 439-464.
MIERS, David. Um estudo comparado de sistemas. In Relatório DIKÉ – Proteção e Promoção dos Direitos das Vítimas de Crime no âmbito da Decisão – Quadro relativo ao Estatuto da Vítima em Processo Penal. Lisboa, set. de 2003, pp. 45-60.
PETERS, Tony e AERTSEN, Ivo. Mediación para lareparación: presentación y discusión de unproyecto de investigación-accion. Cuadernodel Instituto Vasco de Criminología San Sebastián, nº 8, Extraordinario, diciembre, 1995, pp. 129-146.
ZEHR, Howard. Trocando as lentes; um novo foco sobre o crime e a justiça. São Paulo: Palas Arthenas, 2008.
ZEHR, Howard. Justiça Restaurativa. São Paulo: Palas Athena, 2012.

DISCIPLINA 24

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

CARGA HORARIA: 08 HORAS

EMENTA: Explanação global da questão de gênero, com especificidade da violência contra a mulher, da Lei Maria da Penha e sua aplicabilidade, nos âmbitos nacional e estadual; Utilização de debates em torno de várias abordagens teóricas e práticas das organizações que permitem tratar do tema, relacionados às questões de segurança pública, criminalidade, violência e rede de proteção e assistência; Apresentação de uma visão sistêmica da sua profissão, para a aquisição de um comprometimento mais amplo, que abranja não só as ações do órgão ou da função que exerça, mas também toda a realidade social em que atua, com entendimento do seu papel e o contexto integrado e interligado dentro de uma rede que visa à melhoria de suas atividades e desenvolvimento profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos fundamentais de gênero e violência doméstica e familiar contra mulher;
2. Fatores sócios culturais em torno da violência de Gênero;
3. Estudo sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha;
4. Âmbitos de ocorrência da violência doméstica e familiar: na unidade doméstica; na família e em qualquer relação íntima de afeto;
5. Tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral;
6. Estudo sobre a aplicabilidade da Lei Maria da Penha: mecanismos assegurados pela Lei Maria da Penha para salvaguardar a mulher e o que mudou na lei;
7. Abordagem e acolhida policial;
8. Dinâmica de atendimento à vítima de violência doméstica e familiar;
9. Instrumentos e Rede de Proteção no enfrentamento à violência doméstica e familiar no Estado.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CUNHA, Rogério Sanches; PINTO, Ronaldo Batista. Violência doméstica: Lei Maria da Penha comentada artigo por artigo. 6ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

DIAS, Maria Berenice. Lei Maria da Penha: a efetividade da Lei 11.340/2006 de combate à violência doméstica e familiar contra a mulher. 4ª ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MONTENEGRO, Marília. Lei Maria da Penha: uma análise criminológico-crítica. 1ª Ed. Revan, 2015.

PERNAMBUCO. Secretaria da Mulher. Das lutas à lei: uma contribuição das mulheres à erradicação da violência. Recife: CEPE, 2011.

BIANCHINI, Alice. Lei nº 11.340/2006: aspectos assistenciais, protetivos e criminais da violência de gênero. São Paulo: Saraiva, 2013.

LIMA, Fausto Rodrigues de; SANTOS, Claudiene (Coord.). Violência doméstica: vulnerabilidades e desafios na interpretação criminal e multidisciplinar. Caderno de atenção à saúde – violência doméstica e atenção básica. Governo Federal.

SAFIOTTI, Helieth. O poder do macho. Moderna, 1997.

SOUZA, Sérgio Ricardo de. Lei Maria da Penha comentada: sob a nova perspectiva dos direitos humanos. Curitiba: Juruá, 2013.

DISCIPLINA 25

LEGISLAÇÃO ESPECIAL APLICADA A GRUPOS VULNERÁVEIS

CARGA HORÁRIA: 08 HORAS

EMENTA: Estudo da Legislação Especial relacionada às temáticas do idoso, estatuto da criança e do adolescente, mulher, racismo, injúria simples e qualificada, aplicada à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Definição de grupos vulneráveis;
2. Idoso, deficientes, preconceito de origem, raça e cor;
3. Lei Maria da Penha;
4. Estatuto da criança e adolescente como grupo vulnerável;
5. Estudo do atendimento aos grupos vulneráveis GLBT em delegacias de polícia.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), Legislação Especial. 7ª Edição, São Paulo Revista dos Tribunais.

DISCIPLINA 26

LEGISLAÇÃO ESPECIAL PENAL E PROCESSUAL PENAL

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS

EMENTA: Aquisição de conhecimento técnico acerca da aplicação de Legislações aplicadas na esfera penal, relacionados à atividade de polícia judiciária.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Lei nº 8.072 de 25 de Julho de 1990: Dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal e determina outras providências;
2. Lei nº 7.960 de 21 de Dezembro de 1989: Dispõe sobre Prisão Temporária;
3. Lei nº 8.069 de 13 de Julho de 1990: Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências;
4. Lei nº 4.898 de 09 de Dezembro de 1965: Regula o Direito de Representação e o processo de Responsabilidade Administrativa Civil e Penal, nos casos de Abuso de Autoridade;
5. Lei nº 11.340 de 07 de Agosto de 2006: Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Legislação Criminal Especial Comentada (2016) – Volume Único. 4ª Edição, Revisada, Ampliada e Atualizada. Autor: Renato Brasileiro de Lima.

Legislação Penal Especial Esquematisado - 2ª Ed. 2016 – Saraiva. Gonçalves, Victor Eduardo Rios; Junior, José Paulo Baltazar; Pedro Lenza.

DISCIPLINA 27

GESTÃO DE DOCUMENTOS

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Ampliação de conhecimentos e sua aplicabilidade ao trabalho dos profissionais da área de Segurança Pública, a partir da conceituação da terminologia arquivística; Políticas públicas arquivísticas; Legislação e normas específicas referentes ao gerenciamento de documentos e sistema de gestão documental, com destaque para as fases básicas da gestão dos documentos e dos métodos de arquivamento; Avaliação e temporalidade de documentos de arquivo; Gerenciamento eletrônico de documentos e técnicas modernas de arquivamento.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução à Arquivologia
- 1.1 Conceito de arquivologia, arquivo e/ou documento
- 1.2 Órgãos de documentação
- 1.2.1 Arquivo
- 1.2.2 Biblioteca
- 1.2.3 Museu
- 1.3 Arquivo
- 1.3.1 Finalidade
- 1.3.2 Função
- 1.3.3 Classificação
- 1.3.3.1 Quanto às agências criadoras/ entidades mantenedoras
- 1.3.3.1.1 Públicos
- 1.3.3.1.2 Privados

- 1.3.3.2 Quanto ao acesso
 - 1.3.3.2.1 Franqueado
 - 1.3.3.2.2 Confidencial
 - 1.3.3.2.3 Restrito
- 1.3.3.3 Quanto à evolução ou frequência de uso
 - 1.3.3.3.1 1ª Idade – Arquivo corrente
 - 1.3.3.3.2 2ª Idade – Arquivo intermediário
 - 1.3.3.3.3 3ª Idade – Arquivo permanente
- 1.3.3.4 Quanto à extensão/atuuação
 - 1.3.3.4.1 Setoriais
 - 1.3.3.4.2 Gerais/ centrais
- 1.3.3.5 Quanto à natureza dos documentos
 - 1.3.3.5.1 Especiais
 - 1.3.3.5.2 Especializados
- 1.4 Documentos de arquivo
 - 1.4.1 Características
 - 1.4.2 Classificação
 - 1.4.2.1 De acordo com o suporte
 - 1.4.2.2 De acordo com a forma
 - 1.4.2.3 De acordo com o formato
 - 1.4.2.4 De acordo com o gênero
 - 1.4.2.5 De acordo com a espécie
 - 1.4.2.6 De acordo com o tipo
 - 1.4.2.7 Quanto à natureza do assunto
 - 1.4.2.7.1 Ostensivos/ ordinários
 - 1.4.2.7.2 Sigilosos
- 1.5 Legislação e normas específicas
- 2. Gestão Documental
 - 2.1 Gestão de documentos
 - 2.2 Fases da gestão de documentos
 - 2.2.1 Produção dos documentos
 - 2.2.2 Manutenção e uso
 - 2.2.3 Destinação final dos documentos
 - 2.3 Valoração dos documentos
 - 2.3.1 Valor primário (imediato)
 - 2.3.2 Valor secundário (mediato)
 - 2.4 Métodos básicos de arquivamento
 - 2.4.1 Alfabético
 - 2.4.2 Geográfico
 - 2.4.3 Numéricos
 - 2.4.4 Assuntos ou ideográficos
 - 2.5 Avaliação e temporalidade de documentos de arquivo
 - 2.6 GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos
 - 2.7 Técnicas modernas de arquivamento
 - 2.7.1 Automação
 - 2.7.2 Microfilmagem
 - 2.7.3 Digitalização de documentos

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AVEDON, D. M. GED de A a Z: tudo sobre GED – Gerenciamento eletrônico de documentos. BERNARDES, Ieda Pimenta. Como avaliar documentos de arquivo. São Paulo, 1998, 89 p.

GONÇALVES, Janice. Como classificar e ordenar documentos de arquivo. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.

INDOLFO, Ana Celeste; CAMPOS, Ana Maria C.; OLIVEIRA, Maria Izabel de, {et. Al}. Gestão de documentos: Conceitos e procedimentos básicos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 49 p. (Publicações Técnicas, 47)

LOPES, Angela Maria N.; LEAL, Maria Leonor de M.S.; COELHO, Cláudio Ulisses F. Técnicas de arquivo e protocolo. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 1998. 96 p.

SHELLEMBERG, T. R. Arquivos modernos: Princípios e técnicas. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002, 386 p.

RONDINELLI, Rosely Curi. Gerenciamento Arquivístico de Documentos Eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002. 160 p.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística. Brasília: ABARQ, 2002. 140 p.

VIEIRA, Sebastiana B. Técnicas de Arquivo e Controle de Documentos, Temas & Ideias.

DISCIPLINA 28

RELATÓRIOS E ESTATÍSTICA CRIMINAL

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Conhecimentos básicos na área estatística com a conscientização de sua importância e aplicação voltada à segurança pública. Identificação de técnicas e instrumentos que facilite a coleta de informações, descrição de dados em relatórios, tabela e gráficos, com a finalidade de obter indicadores como: média, moda, mediana e desvio padrão. Análise dos resultados estatísticos na área de segurança pública. Fortalecimento de atitudes para o reconhecimento da importância do estudo estatística para o melhor conhecimento da realidade e tomada de decisão na área de segurança pública.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceitos básicos estatísticos: Estatística descritiva X estatística inferencial; Mensuração, medida, magnitude e critério; População e amostra;
2. Representações gráficas: Representação tabular;
3. Representação gráfica: Intervalos; Frequência absoluta e por classe;
4. Medidas de tendência central: Média, moda e mediana; Simetria e Assimetria;
5. Medidas de variabilidade: Variância e desvio padrão;
6. Relatórios.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BUSSAB, Wilton de Oliveira, MORETTIN, Pedro Alberto. Estatística Básica. São Paulo: Saraiva, 2010.
COSTA, Sérgio Francisco. Introdução Ilustrada à Estatística. 4. ed. São Paulo: Harbra, 2005.
LEVINE, D.M.; BERENSON, M.L.; STEPHAN, D. Estatística: teoria e aplicações. Rio de Janeiro: LTC, 2000.
MARTINS, Gilberto A; FONSECA, Jairo S. Curso de Estatística. São Paulo: Atlas, 1996.
NAZARETH, H. Curso básico de Estatística. São Paulo: Ática, 1996.
SSPSP. Estatística de criminalidade: manual de interpretação. Coordenadoria de Análise e Planejamento da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo. São Paulo: SSPSP. 2005.

DISCIPLINA 29

GESTÃO POR RESULTADOS E PACTO PELA VIDA

CARGA HORÁRIA: 08 HORAS

EMENTA: Conhecimentos relativos à nova visão da administração pública focada na gestão por resultados, otimizando os processos e implantando ações efetivas na busca das diretrizes organizacionais e metas públicas com foco no Pacto pela Vida em Pernambuco.

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS

1. Fundamentos teóricos e aplicações práticas da Gestão por Resultados na Administração Pública.
2. Ferramentas de Gestão por Resultados nas organizações governamentais.
3. Etapas de implantação da Gestão por Resultados
 3. Indicadores de desempenho;
 3. Pressupostos e construções;
 3. Construção e alinhamento da missão, visão e objetivos. Conceitos e definições de indicadores de desempenho e sistema organizacional
 3. Visão da Gestão por Resultados na Administração Pública Brasileira e Pernambucana; - - Gestão de resultados com foco em indicadores –
4. Indicadores de Qualidade;
5. Indicadores de Produtividade;
6. Indicadores de capacidade -Macro-indicadores;
7. Análise crítica dos indicadores.
8. Pacto pela Vida: Política Pública de Segurança

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

9. TROSA, Sylvie. Gestão Pública por resultados. Brasília: ENAP/Editora Revan, 2001.
10. UNESCO. Um Caminho para o Brasil no século XXI. Brasília: Instituto de Política, 2002.
11. PLANO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA (PACTO PELA VIDA)

DISCIPLINA 30

QUALIDADE DE SERVIÇO E ATENDIMENTO AO PÚBLICO

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Desenvolvimento e exercício de habilidades para a excelência do atendimento ao público interno e externo bem como o fortalecimento das formas de comunicação no ambiente de trabalho, seja ele presencial, por telefone ou em outros meios.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito e Princípios de Qualidade;
2. Atendimento Presencial por Telefone e Outros meios;
3. Fortalecimento da Comunicação no atendimento, bem como no trabalho de equipe;
4. Demonstração de perfil Profissional adequado diante do atendimento;
5. Comprometimento do atendimento com a Instituição e usuários;
6. Noções de Inteligência Emocional: Controle das emoções.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AUN, Michael A. (2012). [É o Cliente que Importa: 34 Dicas para Garantir a Satisfação dos Clientes e o Sucesso dos Negócios](#). Rio de Janeiro. Sextante/Gmt.
COCKERELL, Lee. (2013). [A Magia do Atendimento: As 39 Regras Essenciais Para Garantir Serviços Excepcionais](#). São Paulo, Saraiva.
GOLEMAN, Daniel. (2001). Inteligência Emocional. Rio de Janeiro. Objetiva.
LAS CASAS, Alexandre Luzzi. (2012). Excelência em Atendimento ao Cliente. São Paulo, M. Books.
SUSSKIND, Stella Kochen. (2012). A metodologia que revolucionou o atendimento ao consumidor. Goiás, Primavera.
WEISINGER, Hendrie D.(1997). Inteligência Emocional no Trabalho. Rio de Janeiro. Objetiva.

DISCIPLINA 31

INVESTIGAÇÃO POLICIAL

CARGA HORÁRIA: 52 HORAS

A disciplina será dividida em sub-disciplinas. São elas:

TEORIA GERAL DA INVESTIGAÇÃO POLICIAL

CARGA HORÁRIA: 32 HORAS

EMENTA: Conhecimento necessário sobre definição, princípios, fundamentos, técnicas, metodologia e meios legais utilizados na Investigação Policial como instrumento à obtenção da prova em matéria penal e processual penal. Importância da Investigação Policial na atividade desempenhada pela Polícia Judiciária; Compreensão da lógica aplicada à investigação criminal e explanação da necessidade de um planeamento minucioso para desenvolvê-la; Apresentação das técnicas operacionais aplicadas à reunião de dados e informações na investigação criminal; Análise dos dados e da gestão do conhecimento produzido pela investigação criminal para valorização da prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Investigação criminal: aspectos conceituais e princípios fundamentais;
2. A lógica aplicada no planeamento da Investigação Policial;
3. O perfil profissiográfico do investigador;
4. Técnicas operacionais investigativas;
5. Da prova.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

COBRA, Coriolano Nogueira. (1983), Manual de Investigação Policial. , 6ª ed., São Paulo: Saraiva.
GARCIA, Ismar Estulano. Procedimento Policial: Inquérito-7ª Ed-Goiania: AB editora.
LIMA, José Augusto Ferreira de. (1999), Investigação Policial no Estado Democrático de Direito, Edição Especial- Brasília. ANP.
NERY JR., Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. (2006), Constituição Federal Comentada e Legislação Constitucional. São Paulo, Revista dos Tribunais.
NUCCI, G. de S. (2006), Código de Processo Pena comentado. São Paulo, Revista dos Tribunais.
NUCCI, Guilherme de Souza. (2007), Código Penal Comentado. 7ª Edição, São Paulo, Revista dos Tribunais.
ROCHA, L.C. (2003), Investigação Policial. Teoria e Prática. São Paulo, Edipro.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM ENTORPECENTE

CARGA HORÁRIA: 04 HORAS

EMENTA: Aspectos legislativos relevantes; Definições técnicas de destaque; Análise dos institutos da Ação Controlada, Delação premiada e Infiltração; Questões processuais importantes (sequestro e apreensões de bens); Aplicabilidade dos institutos de inteligência policial à investigação de entorpecente (vigi e recon); Análise do trabalho com as fontes humanas. Abordagem prática do tema.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Descrição dos Aspectos legislativos relevantes, com foco na atividade policial;
2. Definições técnicas de destaque (a figura do informante e financiador);
3. Circunstâncias legais do art. 28. Confronto entre usuário s e traficantes;
4. Aplicabilidade dos institutos da Ação Controlada, Delação premiada e Infiltração;
5. Exame das questões processuais pertinentes (sequestro e apreensões de bens);
6. Aplicabilidade dos institutos de inteligência policial à investigação de entorpecente (vigi e recon);
7. Análise do trabalho com as fontes humanas;
8. Laboratório com as fontes humanas.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LEI DE DROGAS COMENTADA 6ªEd (livro impresso e digital). Autores: Alice Bianchini / Luiz Flávio Gomes / Rogério Sanches Cunha / William Terra de Oliveira. Editora: Revista dos Tribunais
LEGISLAÇÃO CRIMINAL ESPECIAL COMENTADA (2015) - Volume único - 3a ed.: Rev. amp. e atualizada. Renato Brasileiro de Lima
MANUAL DE INVESTIGAÇÃO POLICIAL. Autor: Delegado de Polícia Coriolano Nogueira Cobra. Editora Saraiva

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM CVLI

CARGA HORÁRIA: 04 HORAS

EMENTA: Aprendizagem de técnicas investigativas direcionadas aos Crimes Violentos Letais Intencionais e de desenvolvimento de planeamento de ações no combate a estes crimes, com a eficiência e a eficácia do trabalho de Polícia Judiciária, bem como a redução dos índices criminais. Discussão de questões práticas acerca da investigação de homicídio e das dificuldades encontradas pelos policiais civis no exercício de suas funções. Apresentação do padrão de investigação de Crimes Violentos Letais Intencionais adotado pelo Estado de Pernambuco.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Princípios básicos da investigação de CVLI;
2. Elementos principais do crime de homicídio (vítima, autor, lugar do crime, tempo do crime, instrumentos utilizados e motivação);
3. Técnicas e Métodos de investigação (local de crime, registro e colheita de provas, oitivas de testemunhas e partes envolvidas, atividades de inteligência, requisições e representações);
4. Aspectos legais da investigação;
5. Prática investigativa e rotina de trabalho;
6. Prática investigativa e encadeamento lógico do Inquérito Policial;
7. Prática investigativa e exposição de casos concretos.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

RIBEIRO, Luiz Julião. Investigação Criminal – Homicídios. – Brasília: Fábrica do Livro Editora, 2006.
Investigação criminal de homicídios / colaboração. Ademárcio de Moraes... [et al.]. – Brasília: Ministério da Justiça, Secretaria nacional de Segurança Pública (SENASP), 2014.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM CRIME ORGANIZADO

CARGA HORÁRIA: 04 HORAS

EMENTA: Aquisição de conhecimento técnico sobre investigação de casos relacionados à criminalidade organizada e complexa.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Estratégia investigativa em casos de criminalidade organizada;
2. Fluxograma de investigações complexas;
3. Técnicas Especiais de Investigação;

4. Colaboração Premiada: técnicas e procedimentalização;
5. Ação Controlada;
6. Infiltração de Agentes;
7. Acesso a Registros, Dados Cadastrais, Documentos e Informações;
8. Afastamento de Sigilos Financeiro, Fiscal e Bancário;
9. Captação Ambiental e Interceptação Telefônica;
10. Testemunhas Anônima e Oculta. Juiz e Promotor sem Rosto;
11. Prova Indiciária;
12. Standard Probatório.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BALTAZAR JR, José Paulo. Crimes Federais. São Paulo: Saraiva, 2015.
 _____. Sigilo Bancário e Privacidade. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.
 DALLAGNOL, Deltan Martinazzo. As lógicas das provas no processo. Prova Direta, Indícios e Presunções. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2015.
 LATERZA, Rodolfo Queiroz. Breves Considerações Críticas Sobre os Desafios da Infiltração Policial da Persecução Penal. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.
 LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada. 3. ed. Salvador: JusPodivm, 2015.
 MACIEL, Alexandre Rorato. Crime Organizado – Persecução Penal e Política Criminal. Curitiba: Juruá, 2015.
 MENDONÇA, Andrey Borges. A Colaboração premiada e a nova Lei do Crime Organizado (Lei 12.850/2013). Rev. Custos Legis. Vol. 4, 2013.
 MORO, Sérgio. Crime de Lavagem de Dinheiro. São Paulo: Saraiva, 2010.
 MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A prova por indícios no processo penal. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.
 PEREIRA, Flávio Cardoso. Infiltração de agentes: técnica de investigação para detectar e provar delitos de lavagem de capitais. Especial referência à Lei n. 12.850/2013. In. Lavagem de Capitais e Sistema Penal. Contribuições hispano-brasileiras a questões controvertidas. Porto Alegre: Verbo Jurídico, 2014.
 PEREIRA, Frederico Valdez. O Procedimento da Colaboração Premiada e as Inovações da Lei 12.850/13. In. Temas Avançados de Polícia Judiciária. Salvador, 2015.
 De SANCTIS, Crime Organizado e Lavagem de Dinheiro – Destinação de Bens Apreendidos, Delação Premiada e Responsabilidade Social 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015.
 TROTT, Stephen S. O Uso de um Criminoso Como Testemunha: um problema especial. Revista CEJ, Brasília, Ano XI, n. 37, p. 68-93, abr./jun. 2007.
 VILARES, Fernanda Regina. Metodologia da investigação criminal e sua importância para uma ação controlada eficiente. Revista Fórum de Ciências Criminais - RFCC Belo Horizonte, ano 2, n. 4, jul. / dez.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM CRIME CIBERNÉTICO

CARGA HORÁRIA: 04 HORAS

EMENTA: Compreensão do uso da rede mundial de computadores no cometimento de atividades delituosas, seus aspectos técnicos e jurídicos, legislação e representações judiciais bem como os procedimentos de investigação, formação e produção de provas no combate às atividades delituosas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Antecedentes históricos da Internet e seu funcionamento;
2. As ameaças na rede mundial de computadores;
3. Investigação dos Crimes Cibernéticos;
4. Legislação de informática e Crimes Digitais;
5. Fundamentação e Representações Judiciais dos diversos tipos de conteúdo;
6. Investigação usando fontes abertas;
7. Aspectos procedimentais.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

WENDT, Emerson. JORGE, Higor. Crimes Cibernéticos: ameaças e procedimentos de investigação. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Brasport, 2013.
 PINHEIRO, Patricia Peck. Direito digital. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
 DELMANTO, Celso; Código Penal Comentado.
 BRASIL. Código Penal. Portal da Legislação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/Del2848.htm>
 BRASIL. Lei 12.965/2014. Portal da Legislação. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm>
 CERT.BR - Centro de Estudos, Resposta e Tratamento de Incidentes de Segurança no Brasil. Disponível em: <<http://www.cert.br>>.

INVESTIGAÇÃO COM FOCO EM LAVAGEM DE DINHEIRO

CARGA HORÁRIA: 04 HORAS

EMENTA: Ideologia da Criminalização da Lavagem de Dinheiro. Sistemas nacional e internacional antilavagem. Dogmática dos tipos penais da lei 9.613/98: aspectos objetivos e subjetivos: tentativa/consumação – elemento subjetivo – cumplicidade – posição de garante. Tipologias de lavagem. Provedores cautelares patrimoniais. Gestão de prova: prova indiciária e prova do dolo. Técnicas especiais de investigação. Fluxo de investigação: apresentação de modelos. Análise de casos e jurisprudência aplicada.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Sistema internacional antilavagem de dinheiro;
2. Legislação pertinente, nacional e internacional;
3. Institutos processuais da lei 9613/98;
4. Especificidades dogmáticas dos tipos penais da lei 9.613/98;
5. Obrigações de compliance;
6. Análise jurisprudência de tribunais superiores;
7. Apresentação de tipologias.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MORO, Sérgio. Crime de Lavagem de Dinheiro.
 BALTAZAR JR. José Paulo. Crimes Federais.
 De CARLI. Carla Veríssimo (org.). Lavagem de Dinheiro – Prevenção e Controle Penal.
 DALLAGNOL, Deltan Martinazzo. As lógicas das provas no processo. Prova Direta, Indícios e Presunções.
 LIMA, Renato Brasileiro de. Legislação Criminal Especial Comentada.
 CORDERO, Isidoro Blanco. El Delito de Blanqueo de Capitales.
 BARROS, Marco Antonio de. Lavagem de Capitais e Obrigações Cíveis Correlatas.
 LILLEY, Peter. Lavagem de Dinheiro – Negócios Ilícitos transformados em atividades legais.
 MAZUR, Robert. O Infiltrado – Minha Vida Secreta nos Bastidores da Lavagem de Dinheiro no Cartel de Medellín.

TONINI, Paolo. Il Diritto delle Prove Penali.

i VALLÉS, Ramón Ragués. Ignorancia Deliberada en Derecho Penal.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. Et. al. Compliance, Direito Penal e Lei Anticorrupção.

MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. A prova por indícios no processo penal.

DISCIPLINA 32

LOCAL DE CRIME

CARGA HORÁRIA: 16 HORAS

EMENTA: Estudo do conceito de local de crime, sua classificação e princípios básicos de isolamento e preservação; Compreensão da dinâmica do crime e da utilização das técnicas corretas de coleta de vestígios; Conhecimento dos procedimentos adotados na coleta de vestígios; Identificação dos diversos tipos de local de crime; Assimilação da importância da reconhecimento visuográfica; Aplicação de noções de traumatologia no local de crime; Entendimento do conceito de Entomologia forense, sua aplicação e importância na elucidação de crimes; Estimativa de IPM e fatores de interferência no IPM; Noções de balísticas e sua importância no local de crime; Identificação de armas e explosivos em local de crime.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Conceito de Local de Crime;
2. Princípios básicos no Isolamento e na preservação do local de crime;
3. Dinâmica da cena do crime;
4. Classificação do local de crime, levando-se em consideração o espaço físico;
5. Avaliação preliminar da cena do crime;
6. Procedimento policial no local;
7. Noções sobre a importância na coleta de vestígios no local de crime;
8. Procedimentos adotados na perfeita coleta dos diversos tipos de vestígios, inclusive de material biológico.
9. Atuação do profissional de segurança nos diversos tipos de local de crime, de acordo com a tipificação legal, sobretudo crimes contra a pessoa e o patrimônio;
10. Reconhecimento visuográfica;
11. Conceito de Traumatologia Forense;
12. Noções de traumatologia forense aplicada em local de crime.
13. Identificação da atuação de agentes mecânicos na cena do crime;
14. Formas de ação descritas pelas lesões verificadas;
15. Tipos de lesões.
16. Conceito de Entomologia Forense;
17. Precusores da Entomologia;
18. Importância da Entomologia forense na elucidação de crimes, mormente de homicídio;
19. Aplicação da entomologia forense em local de crime;
20. Estimativa de IPM (intervalo pós-morte) em local de crime;
21. Fatores que interferem no IPM;
22. Noções de balística em local de crime;
23. História e Classificação da balística forense;
24. Balística forense externa aplicada em local de crime;
25. Identificação de armas e explosivos ainda no local de crime.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

- GAENSSLEN, R. E. Instrumentation and Analytical Methodology in Forensic Science. Journal Of Chemical Education. Vol. 62, nº 12, December 1985.
- GAROFANO, L. Gunshot residue Further studies on particles of environmental and occupational origin. Forensic Science International 103 (1999) 1–21.
- GÖKDEMİR, K., SEVEN, E., SARIKAYA, Y. The Application of a Scanning Electron Microscope With an Energy Dispersive X-Ray Analyser (SEM/EDXA) For Gunshot Residue Determination on Hands For Some Cartridges Commonly Used In Turkey. Turk J. Chem. 23 (1999), 83-88.
- JOHLL, M. E. Investigating chemistry. First Edition, W.H. Freeman, 2006.
- KOTZ, J. C., TREICHEL, P. J. Química e Reações Químicas. Quarta edição, volume 1 – Rio de Janeiro: Editora LTC, 2002.
- LEÓN, F. P. Automated comparison of firearm bullets. Forensic Science International 156 (2006) 40-50.
- MEJIA, R. Why we cannot rely on firearm forensics. NewScientist. 23 November 2005. Disponível em: <http://www.newscientist.com/article.ns?id=mg18825274.300>
- MELO, A. J. G. Resíduos de tiros: um estudo da cinemática. Perito Criminal.com.br Disponível em: <http://www.peritocriminal.net/artigos/tiросcinematica.htm>- acesso em 22/01/2007.
- PERES, M. F. T., SANTOS, P. C. Mortalidade por homicídios no Brasil na década de 90: o papel das armas de fogo. Rev. Saúde Pública 2005;39(1):58-66. Chemical Society Reviews, 2005, 34, 1021–1030. Forensic Science International 119 (2001) 195-211.
- SIEGEL, J., KNUPFER, G., SAUKKO, P. Encyclopedia of Forensic Sciences. Elsevier, 2000.
- TOCHETTO, D. (org.) Balística Forense: aspectos técnicos e jurídicos – Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999. Para saber mais How Machine Guns Work – Howstuffworks - Introduction to How Machine Guns Work. Disponível em: <http://science.howstuffworks.com/machine-gun.htm> All you wanted to know about Electron Microscopy... FEI Company.
- CORDIOLLO, Celito. Trânsito ou Tráfego. Florianópolis: SSP/DPTC/IC, 1995. Corpo Docente da disciplina de Criminalística. Apostila: Curso Integrado de Formação dos Agentes da Segurança Pública. Porto Alegre: SJS/IGP/DC, 2002.
- ESPÍNDULA, Alberi. Curso de Perícias Criminais em Local de Crime. Programa de Treinamento para Profissionais da Área de Segurança do Cidadão. Curitiba: MJ-SENASP-ABC, 2001.
- KEHDY, Carlos. Elementos de Criminalística. 1 ed. São Paulo: Luzes Gráfica e Editora Ltda, 1968.
- LUDWIG, Artulino. A Perícia em Local de Crime. Porto Alegre: Ulbra, 1995.
- PORTO, Gilberto. Manual de Criminalística. 2 ed. São Paulo: Sugestões Literárias S.A., 1969.
- RABELLO, Eraldo. Contribuições ao Estudo dos Locais de Crime in Revista de Criminalística do Rio Grande do Sul, nº7, 1968, pp. 51 a 75.
- STUMVOLL, Victor Paulo, QUINTELA, Victor & DOREA, Luiz Eduardo. Criminalística. Porto Alegre: Sagra-Luzzatto, 1999.
- ALVES, Dary; Xavier, Sofia; Hugo, Victor. Sinopse de medicina legal, Fortaleza: Universidade de Fortaleza, 1997.
- EÇA, A. J. Tanatologia e Traumatologia. Em: Roteiro de Medicina Legal. Rio de Janeiro. 2003.
- ESPÍNDULA, A. Outros tipos de perícia. Em: Perícia Criminal e Cível. Uma visão geral para peritos e usuários da perícia. Millenium Editora, 2.a Ed. Campinas, SP. 2006.
- FÁVERO, Flaminio. Medicina legal: introdução ao estudo da medicina legal, 11a ed. Belo Horizonte, Editora Itataia Ltda, 1980.
- FRANÇA, G. V. Traumatologia Médico-Legal. Em: Medicina Legal. Guanabara Koogan, 8.a Ed. Rio de Janeiro. 2008.
- GOMES, Hélio. Medicina legal, 10a ed. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1968
- MIRABETE, JÚLIO FABBRINI. Manual de direito penal, 16a ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, C. L. Traumatologia. Em: Medicina Legal. Elsevier, 2.a Ed. Rio de Janeiro. 2006.
- AMENDT, 2000BOUREL et al, 1999; CARVALHO, LINHARES, TRIGO, 2001; GUPTA, SETIA, 2004
- OLIVEIRA COSTA, 2008
- AMENDT, J.; KRETTEK, R.; NIESS, C.; ZEHNER, R.; BRATZEK, H. Forensic entomology in Germany, Forensic Science International, Lausanne, v.113, p. 309-314, 2000.
- BENECKE, M. A brief history of forensic entomology. Forensic Science International, Lausanne, v.120, p. 2-14, 2001.

BOUREL B.; HÉDON, V.; MARTIN-BOUYER, L.; BÉCART, A.; TOURNEL, G.; DEVEAUX, M.; GOSSET, D. Effects of morphine in decomposing bodies on the development of *Lucilia sericata* (Diptera: Calliphoridae). *Journal of Forensic Sciences*, Philadelphia, v.44, n.2, p.354-358, 1999.

CARVALHO, L. M. L.; LINHARES, A. X.; TRIGO, J. R. Determination of drugs level and the effects of diazepam on the growth of necrophagous flies of forensic importance in southeastern Brazil. *Forensic Science International*, Lausanne, v.120, p.140-144, 2001.

CATTS, E. P.; GOFF, M. L. Forensic entomology in criminal investigations. *Annual Review of Entomology*, Stanford, v.37, p.253 - 272, 1992.

GOMES, L. *Entomologia Forense: Novas tendências e tecnologias nas ciências criminais*. Rio de Janeiro. Ed. Technical Books, 2010.

GUPTA, A.; SETIA, P. Forensic entomology - past, present and future. *Aggrawal's Internet Journal of Forensic Medicine and toxicology*, [Nova Delhi], v.5, n.1, p.50-53, 2004.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica*. 3ª ed. SP: Atlas, 1991.

OLIVEIRA-COSTA, J. *Entomologia Forense: Quando os insetos são vestígios*. São Paulo: Editora Millenium, 2008. 420p.

PUJOL-LUZ, J. R.; ARANTES, L. C.; CONSTANTINO, R. Cem anos da entomologia Forense no Brasil (1908–2008). *Revista Brasileira de Entomologia*. Volume 52 (4): 485-492. Dezembro. 20

DISCIPLINA 33

PLANEJAMENTO OPERACIONAL E OPERAÇÃO DE REPRESSÃO QUALIFICADA

CARGA HORÁRIA: 14 HORAS

EMENTA: Conhecimento das técnicas necessárias ao Planejamento Operacional e sua gestão dentro da atividade policial, dando ênfase à Doutrina de Operação de Repressão Qualificada, com a finalidade de otimizar os recursos existentes na instituição em busca de uma melhor avaliação dos riscos, compartimentalização dos trabalhos e uma maior eficiência aos resultados objetivados.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Conceito de ORQ, histórico internacional, nacional e em PE;
3. Pilares das ORQ's;
4. Características;
5. Importância;
6. Requisitos;
7. Fluxograma das ORQ's;
8. Planejamento Operacional;
9. Conceitos básicos;
10. Importância e objetivos do PO;
11. Princípios e Fases;
12. Desencadeamento da Ação Planejada;
13. Fase Pós-Desencadeamento da Operação (medidas necessárias).

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MENESES, Romero (2014), *Manual de Planejamento e Gestão da Investigação Policial*

DISCIPLINA 34

MEDICINA LEGAL

CARGA HORÁRIA: 08 HORAS

EMENTA: Conceito Medicina Legal: Medicina Legal e Criminalística. Peritos de ofício e perito louvado. Laudo. Perícias tanatoscópicas. Perícias traumatológicas. Perícias sexológicas. Perinecropsia. Energias de ordens vulnerantes: ação mecânica, ação física, ação química, ação físico-química, ação bioquímica, ação mista. Drogas psicoativas: conceito, classificação e tolerância. Lesão corporal. Tanatologia: fenômenos cadavéricos, tanatognose e cronotanatognose.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Medicina Legal: Aplicação nos diversos ramos do direito na área forense;
2. Medicina Legal e Criminalística;
3. Perícias tanatoscópicas;
4. Perícias traumatológicas;
5. Perícias sexológicas;
6. Perícias toxicológicas;
7. Perinecropsia;
8. Energias de ordens vulnerantes: ação mecânica, ação física, ação química, ação físico-química, ação bioquímica, ação mista;
9. Drogas psicoativas: conceito, classificação e tolerância;
10. Tanatologia: fenômenos cadavéricos, tanatognose e cronotanatognose.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAMPOS, M. S.; MENDOZA, C. et al. (2000), *Compêndio de Medicina Legal Aplicada*. Recife, Editora EDUPE.

FÁVERO, F. (1975), *Medicina Legal*. 11ª Edição, São Paulo, Martins Editora.

FRANÇA, G. V. (2004), *Medicina Legal*. 7ª Edição, Rio de Janeiro, Editora Guanabara Koogan.

DISCIPLINA 35

CRIMINALÍSTICA APLICADA À SEGURANÇA PÚBLICA

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Conhecimentos gerais acerca da Criminalística, Perícia Criminal, bem como do Isolamento e Preservação de Locais de Crimes indispensável para uma investigação policial de qualidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução às Ciências Forenses. Conceitos Fundamentais: Ciência, Ciências Forenses, Criminalística e Perícia. A Perícia Cível e Criminal. A Perícia Criminal no Contexto da Legislação Brasileira;
2. Objetivos Principais da Perícia Criminal. Vestígio, Evidência e Indício. O Laudo Pericial;
3. A Perícia em Locais de Crime. Isolamento e Preservação de Locais de Crime;
4. Classificação dos Locais de Crime. Registro Pericial do Local. Locais de Crime Contra o Patrimônio. Locais de Crime Contra a Vida. Ocorrência de Trânsito;
5. Reprodução Simulada do Crime. Cadeia de Custódia dos Vestígios de Crimes. Balística Forense. Engenharia Legal. Informática Forense. Perícias em Registros Audiovisuais e Fonética Forense. Documentoscopia. Contabilidade Forense;
6. Química Forense. Toxicologia Forense. Biologia Forense. Entomologia Forense: Genética Forense. Perícia Ambiental.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. 12ª Ed. Revista e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2005. ISBN 85-02-05002-8.

ARANHA FILHO, Adalberto José Q. T. de Camargo. Da prova no processo penal. 4ª Ed. São Paulo, Saraiva, 1996.

BRASIL, Lei 12.030, de 17 de setembro de 2009. Disponível em [HTTP://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm](http://planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L1230.htm).

CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS DE 1969 (Pacto de San Jose da Costa Rica). Disponível em: [HTTP://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm](http://www.dhnet.org/direitos/sip/oea/oeasjose.htm).

VELHO, J.A; GEISER, G.C. ESPINDULA, A. Ciências Forenses; Uma introdução às principais áreas da Criminalística Moderna. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.

VELHO, J.A; COSTA. K.A. DAMASCENO, C.T.M. Locais de Crime: dos vestígios à dinâmica criminosa. 2ª Ed. Campinas. Millennium Editora, 2013.

CAVALCANTI, Ascendino. Criminalística Básica. Porto Alegre: Sagra – D.C. Luzzatto, 1995.

ESPINDULA, Alberi. Perícia Criminal e Cível. 3ª Ed. Campinas: Millennium Editora, 2009.

FACHONE, Patrícia de Cássia Valério. Ciência e Justiça: a institucionalização da Ciência Forense no Brasil. Campinas, SP, 2008. Dissertação (Mestrado), Instituto de Geociências, Universidade Estadual de Campinas.

PORTO, G. Manual de Criminalística. São Paulo: Escola de Polícia de São Paulo – Coletânea Acácio Nogueira, 1960.

RABELLO, E. Curso de Criminalística. São Paulo: sugestão de programas para as faculdades de direito. Porto Alegre, Sagra – D C Luzzato, 1996.

ZARZUELA, J.L. Temas Fundamentais de Criminalística. Porto Alegre: Sagra – Luzzato, 1996.

DAMASCENO, C.T.M. Apostila de Locais de Crime. 2ª Ed. Brasília: ANP (Academia Nacional de Polícia), 2007.

HOUCK, M. M.& SIEGEL, J.A. Fundamental of Forensic Science. 2ª Ed. Burlington: Editora Academic Press, 2011.

DISCIPLINA 36

ENTORPECENTES E DROGAS AFINS

CARGA HORÁRIA: 06 HORAS

EMENTA: Compreensão dos conceitos básicos sobre drogas; Distinção entre drogas lícitas e ilícitas; Identificação das principais drogas de abuso com sua classificação e conhecimento dos seus efeitos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Introdução;
2. Conceitos básicos sobre drogas: Droga, agonismo, antagonismo, dependência, abstinência;
3. Portaria 344/98 e suas atualizações: drogas lícitas e ilícitas;
4. Química forense, toxicologia forense;
5. Principais tipos de drogas de abuso;
6. Classificação das drogas quanto a sua ação e interações: Drogas depressoras da atividade do sistema nervoso central; Drogas estimulantes da atividade do sistema nervoso central; Drogas perturbadoras da atividade do sistema nervoso central.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

ALCANTARA, H. R.; MEDEIROS, O. A. Toxicologia Geral. São Paulo: Brasil Organização Editorial, 1974. p. 197-9.

ALCANTARA, H. R. Toxicologia Clínica e Forense. São Paulo: Andrei, 1974. p. 197-9.

BRASIL. Portaria nº 344, de 12 de maio de 1998. Aprova o Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial. Diário Oficial da União, República Federativa do Brasil, Brasília, 31 dez. 1998.

FILHO, Dilermando Brito. Toxicologia Humana e Geral. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Atheneu, 1988. 678 p.

_____. Manual Sobre Drogas. Brasília-DF: Academia Nacional de Polícia.

OGA, Seizi. Fundamentos de Toxicologia. São Paulo: Atheneu, 1996. 515 p.

SOLLERO, Lauro. Farmacodependência. Rio de Janeiro: AGIR, 1979. 136 p.

DISCIPLINA 37

PAPILOSCOPIA POLICIAL

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Conhecimentos básicos da Papiloscopia como método preciso e seguro nas atividades periciais das identificações civil, criminal, necropapiloscópica, neonatal, na coleta dos fragmentos dígito-papilares em local de crime, bem como da representação facial e corporal humana, como atividades auxiliares e complementares da investigação policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Identidade, Identificação e Individualização;
2. Histórico da Papiloscopia;
3. Papiloscopia: conceito, princípios científicos e divisão;
4. Tipos fundamentais de impressões dactiloscópicas.
5. Identificação e perícias de: Identificação civil; Identificação neonatal;
6. Impressões papilares em local de crime;
7. Noção de RFCH;
8. Identificação e perícias de: Identificação criminal; Identificação necropapiloscópica.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

AMARAL, Flávio Antônio Azêvedo E COD EÇO, Álvaro Gonçalves, Identificação Humana pela dactiloscopia, 3ª edição, 1992 – Serviço do Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF.

ARAUJO, Álvaro Placeres, Manual de Dactiloscopia.

ARAUJO, Marcos Elias Cláudio e Pasquali, Luiz. Dactiloscopia: A determinação dos dedos. 1ª Ed. Brasília: LABPAM – Laboratório de Pesquisa em Avaliação e Medida, 2006.

AZEVEDO, N.S., Penha, D. M. e Nogueira, P. S. B. (2002), Apostila de Identificação Civil, CRIMINAL e Necropapiloscópica. SDS – Pernambuco, Recife.

CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado, Papiloscopia – certeza ou dúvida? Apologia a Micropapiloscopia, 2012 – Editora Millennium, Campinas-SP.

FIGINI, Adriano Roberto da Luz. Datiloscopia e revelação de impressões digitais. 1 ed. São Paulo: Millenium, 2012.

KEHDY, Carlos, Papiloscopia, 1962, Serviço Gráfico da SSP-Sp.

NOGUEIRA, Paulo Sérgio Bezerra, Apostila Tecido Epitelial Aplicado à Papiloscopia. 2004- SENASP.

REZENDE, José Haroldo, Identificação e Dactiloscopia, 1ª edição, 1981, Serviço de Identificação do Exército Brasileiro.

WEINGAERTNER, Daniel. Aquisição de Impressões Palmares em Formato Digital para identificação Biométrica de Recém-nascidos. Curitiba, PR, 2007, 120f. dissertação (doutorado em saúde da criança e do adolescente). Universidade Federal do Paraná, UFPR.

APOSTILA DE REPRESENTAÇÃO FACIAL HUMANA 1 E 2 - Curso do SENASP.

MANUAL DE IDENTIFICAÇÃO PAPILOSCÓPICA, 1987, Publicação do Instituto Nacional de Identificação, Departamento de Polícia Federal, Brasília – DF.

REVISTA IMPRESSÕES, Nº 07, julho 2000, Publicação do Instituto Nacional DE Identificação, Brasília – DF.

DPF/INI. (1987). Identificação Papiloscópica. Departamento de Polícia Federal/Instituto Nacional De Identificação. Brasília – DF.

II-DF/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Seção de retrato Falado, Fotografia e Vídeo. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

CABALLERO, Samuel Alfonso Delgado. Microlofoscopia. Colombia, 2008.

DIAS, Celso. Papiloscopia: Uma Verdadeira Ciência.

PROKOP, Ladislau. Levantamento de Locais. Instituto de Criminalística do Estado de Minas Gerais, 1976.

WADA, Iúri Hiroshi. a Identificação Neonatal: Garantia de Proteção Integral à Criança. São Paulo, 2012. Monografia (especialização) – ACADEPOL: Polícia Civil. Academia de Polícia “Dr. Coriolano Nogueira Cobra”. 2012.

ZARZUELA, José Lopes et al. (2000), Laudo Pericial Aspectos Técnicos e Jurídicos. São Paulo, Ed. Revista dos Tribunais.

II-DF/INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Seção de Retrato Falado, Fotografia e Vídeo. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE).

aspapi.com.br/downloads/.../2-artigos-cientificos?...papiloscopia-uma-verdadeira-cien...

<http://www.interpol.int/public/forensic/fingerprints/workingparties/ieegfi/ieegfies.asp>

<https://educavita.blogspot.com.br/2013/11/a-caverna-das-maos-na-patagonia.html>

<http://www.brasilecola.com/curiosidades/dermatoglfia.htm>

DISCIPLINA 38

INTELIGÊNCIA DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

CARGA HORÁRIA: 16 HORAS

EMENTA: Abordagem superficial e genérica dos conhecimentos necessários, sobre definição, princípios, fundamentos, técnicas, metodologia e limites legais da Inteligência Policial Judiciária como instrumento de assessoramento à tomada de decisão na investigação policial; Exame detalhado dos aspectos doutrinários da Inteligência Policial Judiciária, com o intuito de destaquar a importância da Inteligência Policial na atividade desempenhada pela Polícia Judiciária; Compreensão da metodologia de produção do conhecimento como ferramenta fundamental de assessoramento à investigação policial, com demonstração da necessidade de um planejamento minucioso para desenvolvê-la; Análise das técnicas operacionais aplicadas à atividade de inteligência para contribuição no desenvolvimento da investigação criminal; Abordagem da importância de execução das ações de contrainteligência como mecanismo de salvaguarda da instituição, das suas ações e de seus agentes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Inteligência Policial Judiciária: conceito e fundamentos;
2. Diferenças e semelhanças entre inteligência policial e investigação policial;
3. Princípios básicos da Atividade de Inteligência;
4. Metodologia de Produção de Conhecimento e as Técnicas Operacionais de Inteligência;
5. Contrainteligência.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

BRASIL. Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública (DNISP). Brasília: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP/MJ, 2014.

Presidência da República. Lei nº 9.883, de 7 de dezembro de 1999. Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9883.htm>.

CEPIK, Marco Antônio, C. Espionagem e Democracia. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

GONÇALVES, Joannisval Brito, Atividade de Inteligência e Legislação Correlata; Série Inteligência, Segurança e Direito (SISD); Editora Impetus.

GONÇALVES, Joannisval Brito, Políticos e Espiões, o Controle da Atividade de Inteligência; Série Inteligência, Segurança e Direito (SISD); Editora Impetus.

DISCIPLINA 39

PROCEDIMENTO DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Revisão das regras e princípios, constitucionais e legais, aplicáveis à Polícia Civil; revisão das normas procedimentais aplicáveis à atividade investigatória e à função de polícia judiciária; estudo do Manual de Procedimentos de Polícia Judiciária da Polícia Civil de Pernambuco; demonstração, análise e fundamentação dos procedimentos e das peças de polícia judiciária utilizados pelos profissionais, no exercício da atividade; debate relativo ao contínuo aprimoramento técnico-qualitativo dos modelos, dos métodos e dos regulamentos institucionais; orientações de ordem pragmática pelos instrutores.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Procedimentos de Polícia Judiciária; Normas aplicáveis; Título I do Manual de PPJ de PE;
2. Procedimentos em espécie APFD;
3. Procedimentos em espécie AAFAI;
4. Procedimentos em espécie TCO;
5. Procedimentos em espécie BOC;
6. Instauração do IP;
7. Movimentação e instrução do IP;
8. Conclusão do IP;
9. Crimes contra a Mulher;
10. Crimes contra o Idoso;
11. Incidentes;
12. Procedimentos em espécie PIS;
13. Medidas cautelares e assecuratórias;
14. Outras medidas;

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

MANUAL DE PROCEDIMENTOS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA DA POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO;
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA;
CÓDIGO DE PROCESSO PENAL;
LEGISLAÇÃO PENAL E PROCESSUAL PENAL
Especial. 7ª Edição, São Paulo Revista dos Tribunais.

DISCIPLINA 40

TÉCNICAS DE ENTREVISTA E INTERROGATÓRIO

CARGA HORÁRIA: 30 HORAS

EMENTA: Articulação das bases conceituais do processo de entrevista e de suas espécies como técnica policial de investigação e contribuição para afirmação de práticas policiais que expressem a cultura dos Direitos Humanos. Inserção de uma abordagem da Neurolinguística na sua relação com a atividade policial, e a necessidade da utilização de Rapport, do discernimento de expressões não verbais, microexpressões faciais, análise de perfil e detecção de mentiras durante o processo de entrevista, para otimização da coleta da prova subjetiva e aproximação das práticas policiais à perspectiva jus-humanista.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Entrevistas – gênero, espécies, local adequado;
2. Noções de Programação Neurolinguística (PNL);
3. Rapport;
4. Expressões Universais;
5. Técnicas sequenciais de abordagem dos fatos;
6. Técnicas de interrogatório;
7. Simulação de entrevista;
8. Tipos comportamentais e Análise de comportamentos;
9. Detecção de mentiras.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

RIBEIRO, Luiz Julião. Investigação Criminal- Homicídio. Brasília: Fábrica do Livro Editora, 2006;
RIBEIRO, Luiz Julião. Não há corpo, mas foi crime! Brasília: Fábrica do Livro Editora, 2012;
PIERRE, Weil; TOMPAKOW, Roland. O corpo fala. Editora Vozes, 2001;
KNAPP, Mark. L. Comunicação não-verbal na interação humana. Traduzido por Mary Amazonas Leite de Barros – São Paulo: JNS Editora, 1999.
Manual de Técnica de Entrevistas e Interrogatório – FBI;
Apostila do Policial como Garantidor dos Direitos Humanos – New Scotland Yard.

DISCIPLINA 10

BOLETIM DE Ocorrência

CARGA HORÁRIA: 10 HORAS

EMENTA: Apresentação do processo de registro e acompanhamento da ocorrência gerada na unidade policial; Conhecimento das etapas de abertura, preenchimento e conclusão no sistema virtual do Infopol e BOF; Explanação da distribuição e remessa à Secretaria de Defesa Social dos dados gerados na ocorrência para composição da análise estatística da criminalidade no Estado.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Histórico dos Boletins de Ocorrência;
2. Apresentação do atos normativos: Decreto nº 26.102/2003; Portaria GAB/SDS nº 1.535/2014; Portaria GAB/PCPE nº 763/2002; Portaria GAB/SDS nº 2028/2011;
3. Boletim de Ocorrência Formulário;
4. Sistema Virtual do INFOPOL.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

LEGISPCPE, www.policiacivil.pe.gov.br.
SISTEMA INFORMAÇÕES POLICIAIS – INFOPOL.
DECRETO nº 26.102, de 6 de novembro de 2003.
PORTARIA GAB/SDS nº 2028, de 12 de julho de 2011.
PORTARIA GAB/SDS nº 1.535, de 29 de abril de 2014.
PORTARIA GABPCPE nº 763, de 7 de junho de 2002.

DISCIPLINA 42

DIREÇÃO DEFENSIVA

CARGA HORÁRIA: 20 HORAS

EMENTA: Conhecimentos mínimos teórico e prático acerca das técnicas de direção defensiva, ofensiva e evasiva necessárias à atividade policial.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

1. Direção Defenso-evasiva
 1. Conceito,
 1. Aplicabilidade
 1. A direção defenso-evasiva na defesa própria e de terceiros

2. O veículo
 2. Forças que atuam no veículo em movimento
 2. Características e condução de veículos operacionais
 2. Manutenção do veículo
 2. Arranjo individual do condutor e dos passageiros no interior do veículo
3. O Condutor
 3. Arranjo Individual do Condutor e dos Passageiros no interior do veículo
 3. Condições adversas do motorista
 3. Como evitar desgaste físico relacionado a maneira de sentar e dirigir
 3. Uso correto dos retrovisores
4. Vias de Trânsito
 4. Fixação da Velocidade
 4. Curvas
 4. Declives
 4. Ultrapassagem
 4. Estreitamento de pista
 4. Acostamento
 4. Condições do piso da pista de rolamento
 4. Trechos escorregadios
 4. Sinalização
 4. Calçadas ou Passeios Públicos
 4. Árvores/vegetação
 4. Cruzamentos entre vias
5. O Ambiente
 5. Chuva
 1. Aquaplanagem ou Hidroplanagem
6. Outras Regras Gerais e Importantes
7. Parte Prática (Exercícios à baixa e média velocidade).
 7. Slalom à frente e à ré
 7. Frenagens
 7. Rotas de fuga
 7. Desvios e mudanças de direção de deslocamento
 7. Posicionamento e manobra em espaços reduzidos e com a presença de obstáculos.
 7. Manutenção preventiva em viaturas
 7. Acionamento do sistema luminoso de sinalização
 7. Acionamento do sistema sonoro de emergência

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

Código Nacional de Trânsito atualizado, Governo Federal, Imprensa Oficial.
PINHEIRO, G. de F. L.; RIBEIRO, D. (1987), Legislação e Jurisprudência do Trânsito. São Paulo, Saraiva.
Manual de Direção Defensiva e Segurança no Trânsito. (1999), Brasil, GM.
Manual Técnico da Polícia Militar do Estado de São Paulo. (1995), São Paulo, Imprensa Oficial.

DISCIPLINA 43

PRÁTICA POLICIAL

CARGA HORÁRIA: 40 HORAS

EMENTA: Execução prática dos conhecimentos apreendidos durante todo o curso de formação para o exercício dos procedimentos policiais, sob a supervisão do seu instrutor.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO:

Vivência da dinâmica policial com visitas supervisionadas a diversas unidades da polícia civil.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA:

COSTA, Adriano Souza; SILVA, Laudelina Inácio da. Prática Policial Sistematizada. 2 ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2014. 452 p
GOMES, Amintas Vidal. Manual do Delegado. 9 ed. São Paulo: Forense, 2015. 760 p
BRENE, Cleyson; LEPORE, Paulo. Manual do Delegado de Polícia Civil. 4 ed. Salvador: Juspodivm, 2016. 320 p.
ROCHA, Luiz Carlos. Manual do Delegado de Polícia Procedimentos Policiais Civil e Federal. 1 ed. Bauru: Edipro, 2002. 494 p
SILVA, Davi Andre Costa. Manual de Prática Policial. 1ª Edição. Porto Alegre: Verbo Jurídico 2012. 134 p

Recife, PE, em 12 de novembro de 2018.

ANTONIO DE PÁDUA VIEIRA CAVALCANTI
Secretário de Defesa Social



Documento assinado eletronicamente por **Antonio de Padua Vieira Cavalcanti**, em 14/11/2018, às 17:13, conforme horário oficial de Recife, com fundamento no art. 10º, do [Decreto nº 45.157, de 23 de outubro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.pe.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0757059** e o código CRC **F8BCA967**.

SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL DE PERNAMBUCO

Rua São Geraldo, 111 - Bairro Santo Amaro, Recife/PE - CEP 50040-020, Telefone: (81)31835098